

Nascidos, mortos e desaparecidos no município de São Paulo

Vidas interrompidas

1964 - 1985





Secretário

Rogério Sottili

Secretária-adjunta

Larissa Beltramim

Chefe de Gabinete

Joana Zylbersztajn

Coordenadora de Direito à Memória e à Verdade

Carla Juliana Pissinatti Borges

Pesquisa e Produção

Vera A. C. Capucho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
NASCIDOS E MORTOS OU DESAPARECIDOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	12
NASCIDOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E MORTOS EM OUTRA LOCALIDADE	22
NASCIDOS EM OUTRA LOCALIDADE E MORTOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	36
ANÁLISE PROVISÓRIA DOS DADOS	91
REFERÊNCIAS	97

Sangue em Flor¹

(Grupo de Ação Cultural Vozes na Luta, de Portugal).

Foi na noite dos chacais
Foi no Brasil dos generais
Morrendo pela revolução
Foi Pedro, Ângelo e João
Companheiros, sereis imortais.

Brasil, irmão
Teu povo vencerá
Para vingar a tua dor
O sangue em flor renascerá.

Brasil, irmão
Teu povo vencerá.
Para vingar a tua dor
O sangue em flor renascerá.

Onze vidas na prisão
Com planos de justiça e pão
Nas mãos sangrentas da tortura
Não há sol na ditadura
Nem sangue que vença a razão.

Brasil, irmão
Teu povo vencerá.
Para vingar a tua dor
O sangue em flor renascerá Brasil, irmão
Teu povo vencerá.
Para vingar a tua dor
O sangue em flor renascerá.

Companheiros de lutas
Somos milhões todos iguais
Lutando para vos libertar
Unidos todos a gritar
Que já sois o sol que anunciais.



¹ Composta em 1977, pelo grupo “Ação de cultura vozes na luta”, em homenagem as vítimas do massacre ocorrido no bairro da Lapa, na capital paulista, em 16 de dezembro de 1976, por órgãos de repressão da ditadura militar.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho contém textos analítico-descritivos elaborados a partir de pesquisa biográfica sobre mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura civil-militar no município de São Paulo e atende as exigências do PROJETO 914BRZ3010 EDITAL Nº 10/2013 para o primeiro Produto, o qual tem por objeto a realização de pesquisas biográficas sobre pessoas que tenham sofrido ou supostamente cometido violações aos direitos humanos durante a ditadura militar no município de São Paulo, a fim de subsidiar as atividades da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no município de São Paulo.

Para realização do estudo e definição dos referenciais foi identificado que o quantitativo de mortos e desaparecidos no Brasil durante o período da Ditadura Civil Militar não se trata de um número pronto e acabado, pois não foram esgotadas todas as possibilidades de pesquisa e investigação, sendo constantes os esforços de sobreviventes, familiares, militantes da causa e defensores dos direitos humanos para que se ampliem as investigações sobre as circunstâncias das mortes e localização dos restos mortais das vítimas da ditadura militar, bem como a luta por reconhecimento pelo Estado de seu ardiloso papel nesse capítulo da história.

Em assim sendo, foi identificado que no ano de 1984, considerava-se a existência de 339 óbitos ou desaparecimento² de vítimas da repressão, sendo esse número elevado para 358 em 1985³, 361 em 1995⁴, 379, em 2007⁵, 457 em 2012⁶ e há indícios de mais 1.200

² Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985).

³ Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985). Versão atualizada.

⁴ Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/SEDH-PR.

⁵ Centro de Documentação Eremias Delizoicov.

⁶ Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos/SEDH-PR.

mortos⁷ e desaparecidos se computados os casos relacionados aos povos do campo, sindicalistas, líderes rurais, religiosos, padres, advogados e ambientalistas mortos, no período de 1961 a 1988, atuantes na área rural, principalmente na região amazônica, podendo esse número ser acrescido de mais 2.000 casos se consideradas as vítimas indígenas.

Viana (2012) aponta que a redação das atuais normas constitucionais, leis federais e decretos para mortos e desaparecidos políticos⁸ acabaram considerando apenas as mortes em contexto urbano.

“Para compreender a dimensão do número, basta comparar com o volume de casos em que o Estado reconheceu através da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada em 1995 pela Lei 9.140. Foram 361 processos aprovados. Desse total, 29 casos tratam de lideranças do campo, ou seja, pouco mais de 2% do total levantado pela SEDH. Essa situação configura uma completa exclusão dos direitos da justiça de transição democrática”. (Gilney Viana, Brasil de Fato, 2012).

Ciente da efemeridade destes números frente às pesquisas em curso, bem como o relevante trabalho das inúmeras Comissões da Verdade em atividade, se toma como referência para o presente trabalho os 475 casos apresentados no livro-relatório “Direito à

⁷ Pesquisa realizada por Gilney Viana, coordenador do projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência.

⁸ - **Lei no. 6.683, de 28 de agosto de 1979:** Concede anistia e dá outras providências. – **Lei no. 9.140, de 4 de dezembro de 1995:** Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências; **Lei no. 10.536, de 14 de agosto de 2002:** Altera dispositivos da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou de acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências; - **Lei no. 10.875, de 1º de junho de 2004.** - Altera dispositivos da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas.

memória e à verdade” (2007), o qual traz o resultado das atividades realizadas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/SEDH-PR ao longo de 11 anos e incorpora os casos contemplados pela legislação vigente.

Dentre os casos identificados, procedeu-se o recorte daqueles relacionados ao espaço de nascimento, morte ou desaparecimento dos biografados, sendo averiguados 107 casos relacionados ao município de São Paulo, lócus privilegiado desse estudo, para os quais se procedeu a categorização em **a) nascidos e mortos ou desaparecidos no município de São Paulo; b) nascidos no município de São Paulo e mortos ou desaparecidos em outras localidades; c) nascidos em outras localidades e mortos ou desaparecidos no município de São Paulo.**

A opção pelo recorte territorial do espaço de realização da vida e morte das vítimas para a categorização das biografias, parte da consideração realizada por CARLOS (2007), sobre a importância do cotidiano em sua relação com o lugar para a trama da vida cotidiana. Para a autora,

“A possibilidade do entendimento do espaço geográfico enquanto produto histórico e social abre perspectivas para analisar as relações sociais a partir de sua materialização espacial, o que significa dizer que a atividade social teria o espaço como condição de sua realização. Deste modo, as relações sociais realizam-se concretamente através de uma articulação espaço-tempo, o que ilumina o plano do vivido, ou seja, a vida cotidiana e o lugar.” (CARLOS, 2007, p.40).

Uma vez definido o recorte de casos a serem estudados, tornou-se essencial ao trabalho um maior entendimento das relações entre *história e memória*, sua importância para a ação política e para o futuro. Para tanto recorreremos ao pensamento de Hannah Arendt (1997), que ao refletir sobre o aniquilamento do político e da liberdade nos regimes totalitários do século XX, aponta para uma ruptura entre o passado e o futuro, uma incapacidade do humano em articular um sentido para sua estada no mundo. O sentido ao qual a autora se refere é introduzido por meio do debate entre os homens acerca do mundo que herdaram e partilham, e da ação que podem realizar, dando visibilidade às coisas humanas e constituindo os valores que irão orientar suas ações.

Desse modo, retomar as relações entre *história e memória* no contexto de uma pesquisa biográfica sobre mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura civil-militar no município de São Paulo, é também, como se vê, a oportunidade de reformular problemas que possam ajudar a (re) pensar as implicações do passado no presente, mas também a

necessidade de se questionar os usos do passado e da memória dissolvidas em construções históricas oficiais sem sentido, orquestrando o esquecimento das violações e dos crimes cometidos pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar.

Na concepção de Arendt (1997) a história deixa de ser uma sucessão de eventos, um tempo homogêneo e vazio, para ser pensada por meio dos rompimentos que quebram o *continuum* histórico. Para a autora, o que importa na retomada do passado é a possibilidade de narrar experiências do político que possam ser apreendidas e que revelem o sentido dos acontecimentos políticos do presente, encontrando assim correspondências entre o passado e o presente.

Teles (2001), em estudo sobre a obra de Arendt, destaca que para a autora o presente (a memória) não esquece, nem adentra o passado.

“A história busca o passado fragmentado e não transmitido pela tradição, composto pelas memórias esquecidas, as que somente podem ser contadas pelos que pertenciam às causas políticas derrotadas ou minoritárias.” (TELES 2001).

Nessa perspectiva, recuperar o passado é uma primeira garantia de um sentido para o presente. Ao recorrermos à memória dos relatos e testemunhos das épocas passadas, estamos transformando essas narrativas em história, fazendo com que um amontoado de fatos ganhe sentido. O narrador histórico é aquele que procura o sentido das ações humanas e encontra nelas uma conexão com os acontecimentos que se precipitam no presente. Sua importância não está em apresentar uma imagem do passado, tirando sua autenticidade, mas em transformá-lo em uma experiência política única que possa renovar o futuro com seu reconhecimento no presente.

Neste movimento, a relação entre história e memória tem sido objeto de reflexões, na busca do estabelecimento de suas diferenças e de suas relações. Há uma distinção entre a história vivida e a história escrita: a primeira possui todos os elementos necessários para construir um panorama vivo sobre o qual se baseia o pensamento para conservar e reencontrar a imagem do passado (Halbwachs, 2006). O referido autor apontou a memória como o vivido, enquanto a história estaria restrita ao conceitual, marcada pelas divisões de tempo.

Nesse caso, o presente pode ser lido como tempo que se coloca ao historiador como processo, como dinâmica que a todo o momento sente, dentro de si, o deflagrar de um

passado que convida à pesquisa porque exige respostas ao presente. Um passado que deixa emergir ressurgências de si, que impõem o repensar sobre memórias constituídas e vividas com uma intensidade política provocadora de ações e reações de grupos étnicos, religiosos, sexuais e acadêmicos nas suas defesas de direitos e deveres de memória.

Para Le Goff (1994), durante muito tempo a história esteve associada à memória. No entanto, o autor esclarece que a memória não é História, mas um de seus objetos e um campo para elaboração histórica, ou seja, a memória é a matéria prima da história.

De acordo com Pierre Nora (1993), as mutações da sociedade atual e a aceleração do tempo histórico que elas refletem, parece levar, simultaneamente, a um impulso de coesão *com* e *no* passado, de arraigo às origens, buscando algumas pistas de identidade contidas nesse passado coletivo. Os fenômenos da globalização parecem levar consigo uma necessidade de enraizamento, de continuidade, de sucessão, de encadeamento; necessidades estas que a memória preenche, em muitos casos.

Portanto, no contexto de uma pesquisa biográfica sobre mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura civil-militar no município de São Paulo, a memória da perda só pode ser preenchida (reparada) quando dela se constituir outra história. A reconstrução da memória política só tem sentido quando contribui para revisões e superação de crenças cristalizadas, incorporando contribuições na luta pela afirmação dos direitos humanos na sociedade brasileira.

Nesse caso, a temporalidade a ser considerada pelo historiador no seu trabalho com a memória ganha um novo sentido, pois o presente não é apenas o tempo que da lembrança, dotando-a de um sentido, é também o tempo a ser alterado.

A desnaturalização do social é, sem dúvida, uma das grandes contribuições que o historiador pode oferecer para a formação da cidadania. Jacques Le Goff (1994) reclama para a memória esse poder de ação em busca de mudança. Um poder que, podemos dizer, é politicamente consciente de seu fazer social, de seu papel.

Complementando Hobsbawn (1995), lembraria que a história é mais importante do que nunca neste início de século, cada vez mais necessária. Segundo o autor, as relações de poder do sistema capitalista contemporâneo operam mecanismos históricos que valorizam um presente contínuo, (re)produzindo uma destruição do passado para novas e futuras gerações.

Neste sentido, as transformações do início século deixam ao homem sem pontos de referência e sem raízes. José Murilo (2000) pondera que o congelamento do passado pode se

constituir em um perigo para a construção de uma nação democrática ao não apontar os erros e esquecimentos da memória oficial, criando uma história fria, sem um compromisso forte com a sociedade.

Para isso, é preciso discutir o papel político que tais noções assumem na prática historiográfica, especialmente, na prática cotidiana de grupos que se colocam como necessitados de memória, postulando direitos e deveres de memória.

Portanto, entender a memória com uma das possíveis fontes históricas remete à ideia de diversidade, de ouvir e registrar aqueles que em outros momentos históricos foram excluídos da história oficial.

Diante desta realidade, o desconhecimento total ou parcial de fatos capazes de desvelar a imagem institucional da ditadura militar, construída pelo grupo que detém as decisões econômicas e as prerrogativas políticas de classe, produz um estado ideal de aceitação ideológica, favorável à conservação das respectivas estruturas da memória oficial, marcantes de uma sociedade autoritária desde a sua gênese. Ao apagar, modificar ou ocultar a violência instrumental que realizou este tipo de poder consegue despistar os vestígios que gerenciariam o julgamento público dos seus atos durante os “anos de chumbo”.

Chauí (2000) insiste que, no Brasil, a forma de exploração do trabalho e a reação conservadora contra quaisquer demandas dos explorados são características mais marcantes de uma elite autoritária brasileira. Desde o período colonial, o Brasil padece de uma recusa “tácita (e às vezes explícita) de operar com os direitos civis e a dificuldade para lutar por direitos substantivos e, portanto, contra formas de opressão social e econômica” (CHAUÍ, 2000).

Recuperar o passado é uma primeira garantia de um sentido para o presente. Ao recorrermos à memória dos relatos e testemunhos das épocas passadas, estamos transformando essas narrativas em história, fazendo com que um amontoado de fatos ganhe sentido. O narrador histórico é aquele que procura o sentido das ações humanas e encontra nelas uma conexão com os acontecimentos que se precipitam no presente. Sua importância não está em apresentar uma imagem do passado, tirando sua autenticidade, mas em transformá-lo em uma experiência política única que possa renovar o futuro com seu reconhecimento no presente.

Sob esta perspectiva teórico metodológica da história crítica, debruçamos-nos, inicialmente, sobre os dados disponibilizados no livro-relatório produzido pela Comissão Nacional de Mortos e Desaparecidos (2007), focando as informações do período *ante mortem* das vítimas, uma vez que os relatos biográficos por hora apresentados terão, entre

outras finalidades subsidiar a elaboração dos projetos de leis destinados à alteração do nome de logradouros e estruturação de sítios de memórias na cidade de São Paulo, complementado com informações obtidas em outras fontes escritas e também com dados oriundos de relatos e acervos documentais.

Para essa complementação, foram utilizadas como referência as oitivas realizadas pela Comissão da Verdade Rubens Paiva, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, os dados da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e as notícias publicadas sobre o trabalho da Comissão da Verdade Vladimir Herzog, da Câmara Municipal de São Paulo.

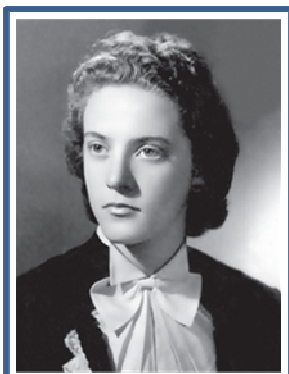
Todos esses elementos históricos pesquisados nos dão a medida de quão necessária é a pesquisa biográfica sobre mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura civil-militar no município de São Paulo, em especial, na reconstrução de suas histórias, apagadas propositalmente da memória individual e coletiva pelo poder político opressor, subsidiando elementos imprescindíveis à formulação de um referencial educativo em Direitos Humanos, descortinando novos horizontes na proteção da dignidade da pessoa humana.

A análise histórica a ser realizada não se vinculará, portanto, à *memória e história* comum a corrente historiográfica tradicional – conforme já referido. Bem diferentemente da história descritiva, trabalhamos com uma noção substantiva de História; ou seja, como ciência comprometida com a concretização da ação política transformadora da realidade posta.

Nascidos e mortos ou desaparecidos no município de São Paulo.

1964 a 1985

ANA ROSA KUCINSKI (1942 – 1974)



Descendente de judeus, vindos da Polônia, nasceu no município de São Paulo (SP) em 12 de janeiro de 1942, filha de Majer Kucinski e de Ester Kucinski.

Estudou no Ginásio Estadual Octávio Mendes e se formou Bacharel em Química pela Universidade de São Paulo em 1967.

Reconhecida como uma jovem com muita riqueza cultural intelectual e interna foi contratada em maio de 1968, para atuar como professora junto ao Instituto de Química da Universidade de São Paulo – USP, tendo obtido o Doutorado em Filosofia também na USP em 1972.

Casou-se com o físico Wilson Silva, em 11 de julho de 1970,

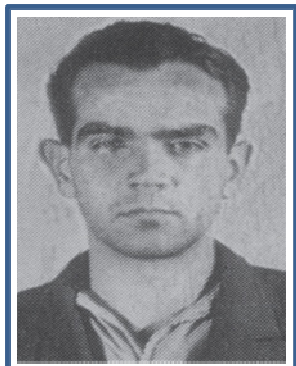
Atuou como pesquisadora em estudos no campo da química, tendo participado do grupo de trabalho de estudos de reações foto alfas e separação de elementos químicos.

Militante da Polop até 1969, passando a atuar nas frentes da Ação Libertadora Nacional – ALN, junto ao setor operário.

Sequestrada em 22 de abril de 1974, aos 32 anos, juntamente com seu esposo, por agentes do Estado, em decorrência de perseguição política, consta da lista do Comitê Brasileiro pela Anistia e da lista de desaparecidos políticos do anexo I da lei 9.140/95. Na CEMDP, seu caso foi protocolado com os números 036/96.

Em homenagem a Ana Rosa Kucinski seu nome foi dado à rua na cidade de São Paulo. A cidade do Rio de Janeiro também deu o nome de Ana Rosa a uma de suas ruas. Ana Rosa foi homenageada ainda com a criação da Associação Atlética Acadêmica Ana Rosa Kucinski (AAAARK) do Instituto de Química da Universidade de São Paulo, em 15 de junho de 1988.

ANGELO ARROYO (1928 – 1976)



Ângelo Arroyo nasceu no município de São Paulo (SP) em 06 de novembro de 1928, filho de Encarnação Arroyo e Ângelo Arroyo.

Casado, pais de dois filhos, os quais tiveram que viver na clandestinidade, em virtude de perseguição política, atuou como metalúrgico, destacando-se como líder operário.

Ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PC do B) em 1945, aos 17 anos, tendo sido eleito membro do Comitê Regional de São Paulo e secretário do Comitê Distrital da Mooca em 1947, tornando-se membro da Comissão Executiva do Comitê Central em 1962.

Como líder sindical, na década de 50, teve importante atuação no movimento operário e na Revolta de Trombas e Formoso (1950 a 1957), em Goiás. Com o Golpe Militar de 1964 passou a atuar na clandestinidade, com ações na área rural do norte e nordeste do Brasil.

Instalou-se como pequeno comerciante na região do Araguaia, atuando inicialmente na organização e posteriormente como comandante na Guerrilha do Araguaia, da qual juntamente com outro companheiro, sobreviveram e retornaram a São Paulo. O relatório que produziu sobre a Guerrilha é reconhecidamente um relevante documento histórico.

Vitima de perseguição política impetrada pelo Estado em diferentes momentos, foi assassinado, aos 48 anos, por agentes do Estado (DOI-CODI), em residência localizada na Rua Pio XI, no. 767, no bairro da Lapa, em São Paulo, no dia 16 de dezembro de 1976, juntamente com Pedro Pomar e João Baptista Franco Drumond, em fato conhecido como a Chacina da Lapa no episódio conhecido como “Chacina da Lapa” e enterrado pela família no Cemitério da IV Parada, em São Paulo.

O processo de Ângelo Arroyo foi registrado sob no. 116/96, tendo sido deferido em 29 em fevereiro de 1996.

FERNANDO BORGES DE PAULA FERREIRA (1945 – 1969)



Fernando Borges de Paula Ferreira nasceu no município de São Paulo (SP), em 01 de outubro de 1945, filho de Célia Borges de Paula Ferreira e Tolstoi de Paula.

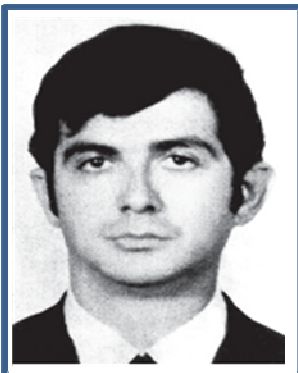
Estudante universitário cursou Filosofia na Universidade de São Paulo.

Nos anos 60 atuou como liderança no movimento estudantil, sendo inicialmente um dos dirigentes da Dissidência Estudantil do PCB/SP - DISP, passando posteriormente a integrar a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares - VAR-PALMARES, atuando, na clandestinidade, em ações de Guerrilha Urbana.

Vitima de perseguição política impetrada pelo Estado foi assassinado por agentes do Departamento de Investigações Criminais – DEIC, em 30 de julho de 1969, aos 24 anos, na Avenida Pacaembu, proximidades do Largo da Banana, em São Paulo, tendo sido sepultado por familiares no Cemitério da Paz.

O processo de Fernando foi registrado sob no. 079/02, não tendo conclusão de mérito em virtude de ter sido retirado da pauta a pedido dos familiares.

GELSON REICHER (1949 – 1972)



Descendente de judeus, vindos da Polônia, Gelson Reicher nasceu no município de São Paulo (SP), em 20 de fevereiro de 1949, filho de Berel Reizel Reicher e Blima Reicher.

Estudante universitário cursou Medicina na Universidade de São Paulo, tendo atuado como pesquisador e professor de cursos pré-vestibulares.

Atuou em produções culturais, no teatro universitário (Grupo de Teatro Medicina) e em atividades de imprensa (jornais 1º de Maio, Ação e O Guerrilheiro). Escreveu poesias, peças de teatro e compôs músicas para as encenações.

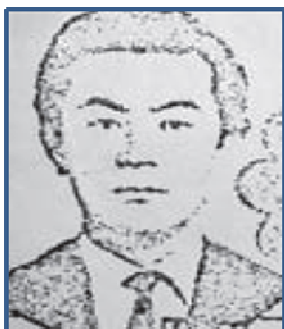
Como liderança estudantil atuou como diretor do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, sendo militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), reconhecido pelo compromisso com os interesses da maioria da população brasileira.

Vítima de perseguição política impetrada pelo Estado foi assassinado, aos 23 anos, por agentes do Departamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna/SP DOI-CODI/SP, em 20 de janeiro de 1972, na Av. República do Líbano, altura do no. 1000, no bairro de Ibirapuera, São Paulo (SP), dados controversos indicam morte em função de cerco armado pelos órgãos repressores.

Na CEMDP, o caso referente a Gelson (246/96) foi aprovado em dois de outubro de 1997. por iniciativa da SEDH-PR, em parceria com a diretoria dos Centros Acadêmicos Manoel de Abreu (Cama), da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo e o Centro Acadêmico Osvaldo Cruz (CAOC), inauguraram memoriais em homenagem a Gelson Reicher e demais estudantes de medicina vitimados pela ditadura.

No bairro da Vila Mariana, São Paulo homenageou Gelson dando seu nome a uma praça nas imediações do no. 140 da rua Dr. Clemente Jobim. No Rio de Janeiro, no bairro do Campo Grande, também foi dado o nome de Gelson a uma rua.

ISHIRO NAGAMI (1941 - 1969)



Ishiro Nagami nasceu no município de São Paulo (SP), em 1941, filho de Kikue Nagami e Keizo Nagami.

Professor e tesoureiro de curso pré-vestibular atuou como militante da Ação Libertadora Nacional (ALN).

Morto em 04 de setembro de 1969, aos 28 anos, na cidade de São Paulo, nas proximidades da Rua da Consolação, em explosão de carro decorrente da detonação de explosivos que transportava.

O nome de Ishiro Nagami consta do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos, mas seu processo foi indeferido por não ter se caracterizado a morte por responsabilidade de agentes do Estado vinculados à repressão política. Seus restos mortais foram sepultados pela família no Cemitério de Guarulhos (SP).

JOSÉ CARLOS GUIMARÃES (1948 – 1968)



José Carlos Guimarães nasceu no município de São Paulo (SP) em 04 de junho de 1948, filho de Magdalena Topolovsk e Alberto Carlos Barbeto Guimarães.

Estudante secundarista, cursista do 3º. Ano Colegial, na Escola Professora Marina Cintra, localizada nas proximidades da Rua da Consolação, em São Paulo.

Residente na Rua Loefgreen, esquina com a Rua Coronel Lisboa, na Vila Mariana, foi morto em virtude de violência policial com motivação política, nas proximidades de sua escola ao prestar ajuda aos estudantes da Faculdade de Filosofia da USP no conflito com os estudantes da Universidade Mackenzie, na Rua Maria Antônia, em São Paulo, aos 20 anos, no dia 03 de outubro de 1968.

O processo de José Carlos foi registrado na CEMDP sob no. 327/96 e 047/02, tendo sido deferido em 11 de outubro de 2004.

JOSÉ WILSON LESSA SABAG (1943-1969)



José Wilson Lessa Sabag nasceu no município de São Paulo (SP), em 25 de outubro de 1943, filho de Maria Lessa Sabbag e Wilson José Sabbag.

Estudante Universitário cursou Direito na Pontifícia Universidade

Católica - PUC de São Paulo.

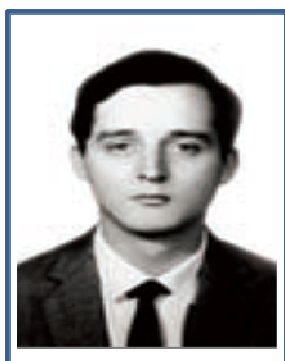
Casado com Maria Tereza de Lucca Sabbag teve uma filha.

Militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN) participou do Congresso da UNE, em Ibiúna, em 1968.

Vítima de violência do Estado, foi morto por agentes da repressão em 03 de setembro de 1969, aos 25 anos, nas proximidades da Avenida Ipiranga, na capital paulista.

O caso de José Wilson encontra-se em pesquisa, desde 2013, na Comissão da Verdade da PUC/SP - Reitora Nadir Gouvêa Kfourri.

NORBERTO NEHRING (1940 – 1970)



Norberto Nehring nasceu no município de São Paulo (SP), em 20 de setembro de 1940, filho de Nice Monteiro Carneiro Nehring e Walter Nehring.

Casado com Maria Lygia Quartim de Moraes teve uma filha de nome Marta Nehring.

Cursou Química industrial no Mackenzie e trabalhou na Brasilit e na Pfizer, passando posteriormente a estudar na Faculdade de Economia da USP, onde ingressou em 1963. Em 1967, ao concluir o curso, com distinção, atuou como professor assistente na cadeira de História Econômica na mesma instituição, passando a integrar o Grupo de Planejamento Integrado – GPI. Ingressou na pós-graduação, em 1968, no Instituto de Pesquisas Econômicas da USP.

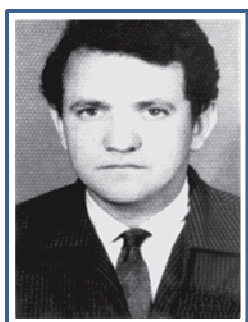
Reconhecido pelo seu gosto literário e dedicação aos estudos, atuou como militante da Aliança Libertadora Nacional, grupo de resistência armada à ditadura militar brasileira,

Vítima de perseguição política foi preso pelo DOPS/SP em janeiro de 1969, tendo sido interrogado e torturado na carceragem, após sua libertação passou a viver na clandestinidade refugiando-se em Cuba, para onde posteriormente se dirigiram sua esposa e filha.

Reconhecidamente comprometido com a luta retornou ao Brasil no início de 1970, após um breve período em Praga, para dar continuidade a ações de resistência à ditadura.

Em seu retorno foi morto, no dia 24 de abril de 1970, aos 29 anos, por agentes do estado, em circunstâncias durante longo tempo não esclarecidas. Enterrado no cemitério da Vila Formosa, em São Paulo, como indigente, sua família só foi notificada três meses depois e conseguiu o reconhecimento por meio do exame de identificação da arcada dentária.

Convencidos de que Norberto foi assassinado por agentes da repressão, o Estado reconheceu oficialmente seu assassinato e o dever de reparação dos sofrimentos causados à família, apesar das circunstâncias exatas de sua morte não terem sido esclarecidas, os familiares conquistaram a alteração do atestado de óbito, substituindo morte por "causas não naturais" por morte por "lesões e maus-tratos", e fazendo constar como local do óbito Rua Tutóia, 930, sede do DOI-CODI em São Paulo.



OLAVO HANSEN (1937 – 1970)

Olavo Hansen nasceu no município de São Paulo (SP), em 14 de setembro de 1937, filho de Borborema Hansen e Harald Hansen.

Cursou o primário em Guarulhos (SP), tendo dado continuidade aos estudos no Ginásio Dona Leonor Mendes de Barros, em São Bernardo do Campo (SP), onde residia com seus familiares, em decorrência de mudança familiar para Mauá (SP) concluiu os estudos básicos no Colégio Américo Brasiliense, em Santo André (SP).

Muito estudioso, nunca deixou de trabalhar para custear seus estudos. Foi *office-boy* em várias empresas, trabalhou em bancas de jornal e montou a primeira escola de datilografia de Mauá.

Ingressou no curso de Engenharia de Minas, na Escola Politécnica da USP, tendo cursado até o 2º. ano, momento no qual passou a dedicar-se integralmente ao trabalho sindical e político. .

Ainda na Universidade participou do movimento estudantil, associando-se ao Grêmio Politécnico e a União Nacional dos Estudantes, em São Paulo.

Sua militância concentrou-se no movimento operário, tendo se filiado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e trabalhado na Massari S.A., uma fábrica de carrocerias no bairro de Vila Maria, em São Paulo.

Atuando no Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), desde o fim de 1961, foi preso por diversas vezes por lutar pelas liberdades democráticas e sindicais, mantendo-se firmemente na militância.

Detido no dia 1º de maio de 1970, com mais 18 pessoas, na praça de esportes da vila Maria Zélia, durante comemoração operária pela passagem do Dia Internacional do Trabalho, foi levado a Oban e duramente torturado, vindo, aos 30 anos, a óbito em 09 de maio de 1970.

Apesar das tentativas de dissimulação do assassinato, uma importante campanha foi empreendida questionando as versões divulgadas e denunciando o assassinato da liderança sindical, no entanto sua morte permanece sem esclarecimento.

O corpo foi entregue à família em caixão lacrado, onde se via apenas o rosto por meio de um visor.

A OEA, por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, adotou resolução para incluir o caso de sua morte no Relatório Anual, considerado uma grave violação dos direitos humanos e a recusa do governo brasileiro em adotar as medidas recomendadas de punir os responsáveis e promover a reparação à sua família. Em 8 de janeiro de 1974, essa decisão foi transmitida ao governo brasileiro.



ROBERTO MACARANI (1950 – 1970)

Roberto Macarani nasceu em 15 de julho de 1950, em São Paulo (SP), filho de Hermínia Juliano Macarini e Dolarato Antônio Macarini.

Estudante e bancário militou na Vanguarda Proletária Revolucionária – VPR,

Detido, no dia 27 de abril de 1970, aos 19 anos, no município de São Paulo, torturado por violentamente por, pois dias interrompos por agentes da ditadura, veio a óbito.

Segundo a versão oficial o local de sua morte foi o Viaduto do Chá, São Paulo (SP), seu sepultamento se deu, por seus familiares, no cemitério da Vila Formosa (SP).

RONALDO MOUTH QUEIROZ (1947 – 1973)



Ronaldo Mouth Queiroz nasceu em 18 de dezembro de 1947, em São Paulo (SP), filho de Elza Mouth Queiroz e Álvaro D'Ávila Queiroz.

Desde a infância, destacou-se por seu desempenho nos estudos e já aos 13 anos trabalhava em casa, fiscalizando para uma empresa as propagandas de rádio.

Estudante universitário cursou geologia na USP e lecionou em cursos pré-vestibulares.

Líder estudantil, respeitado por seus colegas, atuou junto à Ação Libertadora Nacional – ALN dirigiu o Diretório Central dos Estudantes da USP (DCE/USP) a partir de 1970, com papel estratégico no movimento estudantil atuou em prol de uma articulação básica entre os Diretórios e Centros Acadêmicos, preparando publicações, organizando campanhas unificadas, apresentações artísticas e, principalmente, a recepção conjunta aos calouros de cada ano, trocando o trote tradicional por debates políticos e culturais.

Em virtude da repressão passou a atuar clandestinamente e dedicar-se integralmente à militância. Apesar da farsa em torno de sua morte foi constatado que o mesmo foi executado aos 25 anos, por agentes do estado, com tiros a queima roupa, no dia 06 de abril de 1973, num ponto de ônibus da Avenida Angélica, em São Paulo.

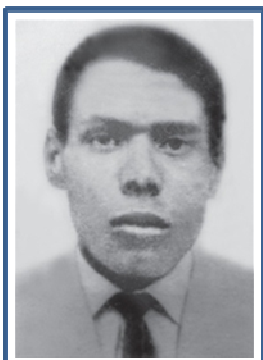
Depoimento de colegas de faculdade à Comissão da Verdade Rubens Paiva destacam a capacidade sua clareza política e a facilidade em transmitir suas ideias, bem como seu compromisso em melhorar o Brasil.

Em homenagem seu nome foi dado a rua, no bairro do Tirol, em Belo Horizonte (MG).

**Nascidos no município de São Paulo e mortos ou
desaparecidos em outras localidades.**

1964 a 1985

ABÍLIO CLEMENTE FILHO (1949-1971)



Abílio Clemente Filho nasceu em 17 de abril de 1949, em São Paulo (SP), filho de Abílio Clemente e Maria Helena Corrêa.

Jovem afro descendente, caçula de uma prole de nove irmãos, estudou na Escola Estadual Fernão Dias Paes, no bairro de Pinheiros, em São Paulo.

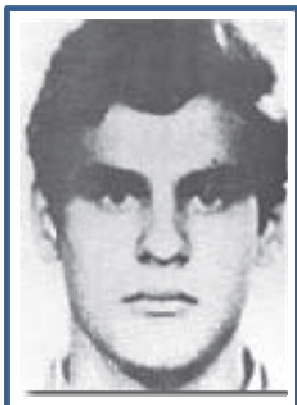
Estudante universitário residia em uma república, em Rio Claro (SP), por ser aluno no curso de Ciências Sociais da FAFI (atual Unesp/Rio Claro), tendo engajado-se na luta estudantil. Foi revisor do Jornal Diário, escreveu para as Revistas da FAFI e ministrava aulas no cursinho gratuito mantido pelos alunos da Faculdade.

Em 1969, liderou, em Rio Claro, o movimento estudantil unindo secundaristas e universitários em manifestações e passeata pela morte do estudante secundarista Edson Luís, morto por militares em São Paulo,

Abílio mantinha uma vida repleta de tarefas e de compromissos com a sociedade. Desaparecido, aos 22 anos, na cidade de Santos, em razão de perseguição política, em 10 de Abril de 1971, foi o homenageado especial dos formandos de seu curso naquele ano. Somente em 02 de Agosto de 2006 foi concluído o processo sobre seu desaparecimento e morte.

Discreto, inteligente, culto, de palavras pensadas deixou grande saudade. Em 2011, nos 40 anos de formandos da FAFI, Abílio foi homenageado: “Onde quer que esteja, estaremos juntos.”

ANTONIO CARLOS NOGUEIRA CABRAL (1948 – 1972)



Antonio Carlos Nogueira Cabral nasceu em 14 de outubro de 1948, em São Paulo (SP), filho de Maria Tereza Nogueira Cabral e Cezario Nogueira Cabral.

Estudante de medicina da USP, jogador de rugib.

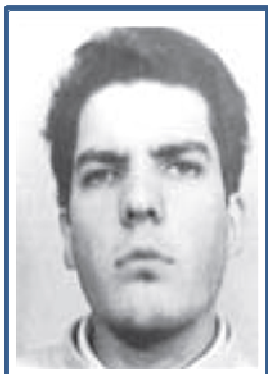
Liderança estudantil, foi presidente do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz (CAOC) em 1970 e atuava como militante da Ação Libertadora Nacional – ALN desde de 1969.

Participou de encenações teatral no Show Medicina e também de montagem dirigida por Alberto Daversa, Noite de Guerra no Museu do Prado, de Rafael Alberti, que narra a heróica resistência dos republicanos espanhóis frente ao ataque final das forças fascistas, em 1939.

Detido, provavelmente em 11 de abril de 1972, aos 23 anos, em circunstâncias ainda hoje não esclarecidas na Rua Zizi, nº 115, bairro Lins de Vasconcelos no Rio de Janeiro, foi morto sob tortura cometida por agentes do Estado, DOI-CODI/RJ, no dia posterior.

Em um iniciativa conjunta entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e a diretoria do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, foi inaugurado nessa entidade de representação estudantil um memorial, painel metálico com fotos e textos, em homenagem a Cabral, juntamente com Gelson Reicher, em 09/11/2006.

ANTÔNIO GUILHERME RIBEIRO RIBAS (1946 – 1973)



Antônio Guilherme Ribeiro Ribas nasceu em 20 de setembro de 1946, em São Paulo (SP), filho de Benedicta de Araújo Ribeiro Ribas e Walter Scheiba Pinto Ribas.

Filho mais novo de quatro irmãos. Sua infância e juventude foram passadas nas ruas da Vila Mariana.

Estudante secundarista cursou o ensino médio no Colégio Estadual Basílio Machado, na Vila Madalena, tendo sido eleito presidente do grêmio estudantil passou a ter uma ativa atuação junto às escolas da região, incentivando a criação de grêmios onde eles ainda não existiam, além de atuar em ações de resistência a ditadura, o que lhe custou a liberdade e o impossibilitou de concluir o curso secundário em virtude de perseguição do Estado.

Como liderança estudantil ligada ao PC do B, de reconhecido carisma e compromisso coletivo foi presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES) em 1967. Em 1968 foi novamente preso acusado de atividades subversivas, cumprindo pena de 18 meses em um saga por diferentes presídios, após sua libertação em abril de 1970, passou a atuar na clandestinidade na região do Araguaia.

Desaparecido em 29 de novembro de 1973, então com 27 anos, versão oficial registra sua morte em 19 de dezembro de 1973, o que revela que ele pode ter sido aprisionado e depois executado. Prática adotada pelas Forças Armadas naquela fase da luta contra a guerrilha.

O corpo de Antonio jamais foi entregue à família nem ao menos foram reveladas as condições de sua morte, porém seus companheiros reiteram o seu legado de luta, honra e persistência em nome da liberdade e da democracia, frutos que, hoje, são colhidos por toda a nação.

Foi homenageado com nome de rua no jardim Ganhembu, São Paulo (SP).

AURORA MARIA NASCIMENTO FURTADO (1946 – 1972)



Aurora Maria Nascimento Furtado nasceu em 17 de junho de 1946, em São Paulo (SP), filha de Maria Lady Nascimento Furtado e Mauro Albuquerque Furtado.

Estudante de Psicologia na Universidade de São Paulo, trabalhou no Banco do Brasil, na agência do Brás, em São Paulo

Manteve ativa presença no movimento estudantil nos anos 1967 e 1968, sendo a responsável pela imprensa da UEE/SP.

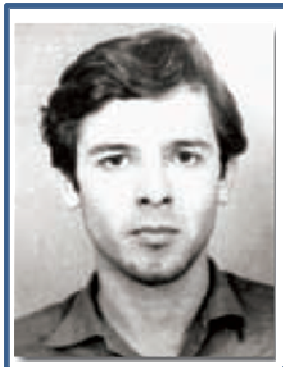
Conhecida como Lola, foi namorada de José Roberto Arantes de Almeida (assassinado em 1971). Foi militante do PCB, pertenceu à DISP e, após o AI-5, passou a atuar politicamente na clandestinidade. Integrou-se à ALN, atuando no Rio de Janeiro (RJ), onde foi responsável pela imprensa, publicando o jornal da organização chamado *Ação*.

Foi presa em 9 de novembro de 1972, no bairro de Parada de Lucas, Rio de Janeiro, vindo a óbito no dia posterior em decorrência de graves torturas.

Em 11 de novembro de 1972, Aurora foi reconhecida no IML/RJ por seus pais e sua irmã, que constataram marcas explícitas de tortura. Seu corpo foi trasladado para São Paulo em caixão lacrado, com ordens expressas para que não fosse aberto.

A versão oficial, que teria morrido durante um tiroteio, foi desmentida nos anos 90. Em sua homenagem, a cidade de São Paulo deu seu nome a uma rua situada no Conjunto Habitacional Jova Rural, e a cidade do Rio de Janeiro a uma rua no bairro de Bangu.

CARLOS EDUARDO PIRES FLEURY (1945 – 1971)



Carlos Eduardo Pires Fleury nasceu em 05 de janeiro de 1945, em São Paulo (SP), filho de Maria Helena Dias Fleury e Hermano Pires Fleury Junior.

Estudante universitário cursou simultaneamente Filosofia na Universidade de São Paulo – USP e Direito na Pontifícia Universidade Católica.

Dirigente do Movimento de Libertação Popular – MOLIPO foi detido em São Paulo, em 30 de setembro de 1969 e, banido do Brasil em junho de 1970, juntamente com outros 39 presos políticos, quando do sequestro do embaixador da Alemanha no Brasil, Von Holleben.

Em 1971, retornou ao Brasil atuando na resistência clandestina ao regime militar e foi morto, aos 26 anos, por agentes da repressão no Rio de Janeiro em 10 de dezembro de 1971, em condições não esclarecidas.

CATARINA HELENA ABI-EÇAB (1947 – 1968)



Catarina Helena Abi-Eçab nasceu em 20 de janeiro de 1947, em São Paulo (SP), filha de Helena Xavier Ferreira e Trajano Xavier Ferreira.

Estudante de Filosofia na Universidade de São Paulo e militante do movimento estudantil casou-se com João Antônio dos Santos Abi-Eçab Catarina Abi-Eçab, em maio de 1968, o qual conheceu no período da Universidade e faleceu juntamente com ele sob ação violenta do

Estado, então com 20 anos.

A versão oficial vigente, durante décadas, apontava que morreram juntos, no dia 8/11/1968, na BR-116, nas proximidades da cidade de Vassouras (RJ), em acidente de carro. Porém, a tese de acidente foi contestada e, em 2001, denúncias apontaram fragilidades na versão oficial e mostraram que João e Catarina foram executados.

Em depoimento prestado à Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, o ex-soldado do Exército Valdemar Martins de Oliveira apontou, pela primeira vez, o nome do oficial que, de acordo com ele, executou o casal de militantes de esquerda Catarina Helena e João Antonio Santos Abi-Eçab em 1968, após sessões de tortura.

CHAEI CHARLES SCHREIER (1946 – 1969)



Nascido em 23 de setembro de 1946, no município de São Paulo (SP), filho de Emília Brickmann Schreier e Ire Schreier.

Estudante universitário cursou Medicina na Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo – FCMSC/SP, não chegando a término devido à perseguição política.

Militante e dirigente estudantil ligado à VAR-Palmares, integrou a executiva da União Estadual dos Estudantes.

Preso no dia 21 de novembro de 1969, no município do Rio de Janeiro (RJ), sofreu graves violações dos direitos humanos, sendo vítima de tortura o que ocasionou sua morte aos 23 anos de idade.

O corpo do estudante foi entregue à família em caixão lacrado, sendo negado aos mesmos a realização do ritual de sepultamento no cemitério israelita do Butantã.

EDMUR PÉRICLES CAMARGO (1914-1974)



Nascido em 04 de novembro de 1914, no município de São Paulo, filho de Tomás Benedito Moura Camargo e Maria da Penha Amaral Vilaça.

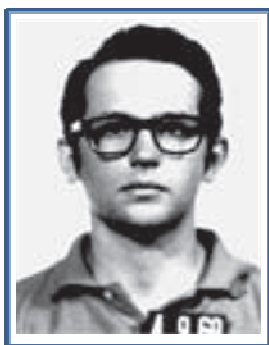
Jornalista, afrodescendente e militante de esquerda atuou em diferentes organizações (PCB, ALN e M3G) em frentes de mobilização pela reforma agrária, lutas camponesas e guerrilha urbana. Trabalhou na imprensa de resistência, tendo contribuído para a fundação da organização M3G,

Foi detido em abril de 1970, sendo banido do país em janeiro de 1971, após o sequestro do embaixador suíço no Brasil, foi para o Chile junto com outros 69 presos políticos, posteriormente ao golpe que derrubou Salvador Allende, refugiou-se na Argentina.

O desaparecimento de Edmur se deu sob circunstâncias relacionadas a aliança político-militar firmada entre os governos ditatoriais do cone sul, havendo indícios de que foi preso em 1975, aos 60anos, por autoridades brasileiras e argentinas quando seu avião fez pouso em Buenos Aires.

Edmur é um dos 136 nomes que compõem a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/9. No entanto, como seus familiares nunca foram localizados, a CEMDP não pode formalizar um processo sobre ele para efeitos de indenização.

EREMIAS DELIZOIKOV (1951 – 1969)



Nascido em 27 de março de 1951, em São Paulo (SP), filho de Liubovi Gradinar Delizoicov e Jorge Delizoicov.

Jovem músico e esportista. Com 11 anos, havia disputado, em 1962, o torneio paulista de judô, obtendo a primeira colocação na sua categoria. Em 1967, integrou a equipe de remadores do Corinthians e passou a dedicar-se à capoeira.

Criado no bairro da Mooca, na capital paulista, estudou na escola estadual MMDC e cursou, em concomitância, o curso Técnico em Mecânica da então Escola Técnica Federal de São Paulo, para o qual foi aprovado em 1967.

Militante da Vanguarda Popular Revolucionária - VPR, atuante no movimento secundarista, engajou-se na campanha para obter fundos de solidariedade à greve dos metalúrgicos de Osasco, em julho de 1968. Em 1969, ao saber que fora identificado pelos órgãos de segurança, comunicou aos pais sua militância política passando a atuar na clandestinidade.

Morto, aos 18 anos de idade, em 16 de outubro de 1969, no município do Rio de Janeiro (RJ), seu corpo deu entrada no IML/RJ sem identificação e foi enterrado com o nome falso.

Os familiares de Eremias somente foram informados de sua morte em janeiro de 1970, mas nunca receberam os restos mortais. Somente 23 anos depois obtiveram judicialmente o atestado de óbito.

A indenização cedida à família foi destinada a criação do site www.desaparecidospoliticos.org.br, administrado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que o denominou Centro de Documentação Eremias Delizoicov.

IARA IAVELBERG (1944 – 1971)



Nascida em 07 de maio de 1944, em São Paulo (SP), filha de Eva Iavelberg e David Iavelberg.

Paulistana de descendência judaica, primogênita de quatro irmãos, casou-se ainda na adolescência, aos 16 anos.

Estudou na Escola Israelita do Cambuci e ingressou na faculdade Psicologia da Universidade de São Paulo em 1963 onde se engajou no clima da política nacional, tendo trabalhado como professora-

assistente nesta instituição.

Defensora de bandeiras feministas e justiça social viveu a efervescência do movimento estudantil, as passeatas e os conflitos da Maria Antônia, já separada, integrou a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR_Palmares), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), tornando-se um reconhecido quadro intelectual do movimento de esquerda no país.

Juntamente com Carlos Lamarca, seu companheiro, atuou na clandestinidade em prol a construção de um Brasil mais justo.

Perseguida pelos órgãos de segurança, foi assassinada em 20 de agosto de 1971, aos 27 anos, em um apartamento no bairro da Pituba, em Salvador.

Apesar da versão oficial registrar sua morte como suicídio em 2003, após anos de luta de seus familiares, foi constatado oficialmente seu assassinato por agentes do Estado, porém sua mãe que viveu longo tempo os pesares da morte de Iara, morreu sem conhecer a verdade.

Em sua homenagem foi nomeada uma rua no bairro Portal D' Oeste na cidade de Osasco.

Ísis Dias de Oliveira (1941 – 1972)



Nascida em 29 de agosto de 1941, em São Paulo (SP), filha de Felícia Mardini de Oliveira e Edmundo Dias de Oliveira.

Realizou seus estudos em São Paulo, inicialmente no Grupo Estadual Pereira Barreto, fez o ginásio no Colégio Estadual Presidente Roosevelt e o curso clássico no Colégio Santa Marcelina. Estudou piano e fez curso de pintura e escultura na Fundação Álvares Penteado.

Estudante universitária cursou Ciências Sociais na FFLCH da USP, residiu no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo – CRUSP e atuou como professora no cursinho do Grêmio da Faculdade de Filosofia desta Universidade.

Casou-se com, o também militante da ALN, José Luiz Del Royo. Sua atuação junto à resistência à ditadura a levou a participar, já separada de Del Royo, de treinamento em Cuba e atuar na clandestinidade. Em junho de 1970, se transferiu para a cidade do Rio de Janeiro.

Registra-se o dia 30 de janeiro de 1972, então com 30 anos, o seu desaparecimento, juntamente com Paulo César Massa, no Rio de Janeiro. Apesar da luta de seus familiares pelo direito ao conhecimento de seu destino, sua morte foi confirmada somente em 28 de janeiro de 1979. Porém a única prova concreta obtida em todos esses anos de busca foi dada

pelo ex-médico Amílcar Lobo, que servia ao DOI-Codi/RJ e reconheceu a foto de Ísis dentre os presos que lá atendeu, sem precisar a data, numa entrevista publicada pela IstoÉ em 8 de abril de 1987.

Em sua homenagem, a praça em frente à casa onde Ísis passou parte de sua vida, no Alto da Lapa, em São Paulo, desde 11 de setembro de 1997, tem o seu nome. As cidades do Rio de Janeiro e Recife (PE) também a homenagearam dando o seu nome a ruas nos bairros Recreio dos Bandeirantes e Macaxeira, respectivamente.

JOÃO ANTÔNIO DOS SANTOS ABI-EÇAB (1943 – 1968)



Nascido em 04 de junho de 1943, em São Paulo (SP), filho de Beatriz Abi-Eçab e João Abi-Eçab.

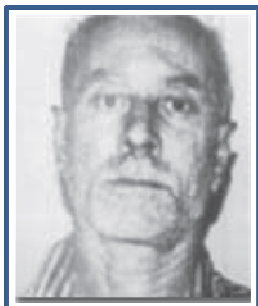
Estudante de Filosofia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, atuou como militante da ALN no movimento estudantil, tendo participado da Comissão de Estruturação de Entidades no XVIII Congresso da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, em 1965 e do Diretório Acadêmico da sua faculdade, em 1966.

Casou-se com Catarina Abi-Eçab, em maio de 1968, a qual conheceu no período da Universidade e faleceu juntamente com ele sob ação violenta do Estado.

A versão oficial vigente, durante décadas, apontava que morreram juntos, no dia 8/11/1968, na BR-116, nas proximidades da cidade de Vassouras (RJ), em acidente de carro. Porém, a tese de acidente foi contestada e, em 2001, denúncias apontaram fragilidades na versão oficial e mostraram que João e Catarina foram executados.

Em depoimento prestado à Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, o ex-soldado do Exército Valdemar Martins de Oliveira apontou, pela primeira vez, o nome do oficial que, de acordo com ele, executou o casal de militantes de esquerda Catarina Helena e João Antonio Santos Abi-Eçab em 1968, após sessões de tortura.

JOSÉ LAVECHIA (1919 – 1974)



Descendente de italianos, nascido em 25 de maio de 1919, em São Paulo (SP), filho de Felícia de Matheu e Leo Lavecchia.

Lavechi, atuou como sapateiro, tendo seu local de trabalho, sapataria Zebu, situado à rua Araguaia, no bairro do Canindé, em São Paulo.

Militou na Vanguarda Popular Revolucionária-VPR, tendo atuando anteriormente como quadro do PCB.

Desapareceu em 1974, aos 55 anos, juntamente com outros militantes, ao retornar, clandestinamente, ao Brasil, na região da fronteira Argentina/Brasil,

Foi reconhecido como “um sapateiro paulistano” que fez história, tendo sido homenageado com o nome de rua na cidade de Angatuba.

JOSÉ ROMAN (1926 – 1974)



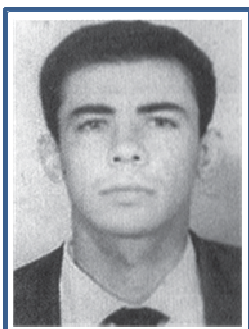
Descendente de espanhóis, nascido em 04 de outubro de 1926, em São Paulo, filho de Trenida Gonzalez e Manoel Roman.

Metalúrgico, atuou ativamente nas lutas da categoria e posteriormente como corretor de imóveis e motorista em ações do PCB no Rio de Janeiro.

Casado com Lidia Pratavieira Roman, teve dois filhos.

Desaparecido em 16 de março de 1974, aos 47 anos, na cidade de Uruguaiana (RS), foi reconhecido pelo Estado como vítima de perseguição política por agentes públicos.

MANUEL JOSÉ NURCHIS (1940 – 1972)



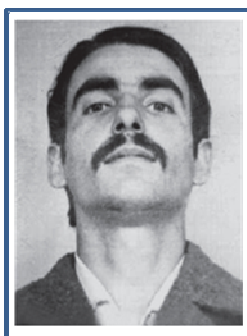
Nascido em 19 de dezembro de 1940, em São Paulo, filho de Rosalina de Carvalho Nurchis e José Francisco Nurchis.

Operário, militante do PC do B, foi preso por motivos políticos em junho de 1963, sendo obrigado a deixar seu trabalho em decorrência de perseguição política impetrada após o Golpe de 1964.

Reconhecido pelo Estado brasileiro como desaparecido, foi morto em combate, na região do Araguaia em 30 de setembro de 1972. É lembrado por seus companheiros pela coragem. Seu corpo nunca foi encontrado.

Foi homenageado com nome de rua no bairro de Jardim Guanambu na cidade de São Paulo SP.

MÁRCIO BECK MACHADO (1943 -1973)



Nascido em 16 de janeiro de 1943, em São Paulo, filho de Edena Beck Machado e Octavio Menezes Machado.

Estudante universitário cursou Economia na Universidade Mackenzie, em São Paulo e atuou na militância estudantil, junto ao Movimento - MOLIPO. Participou do 30º. Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), em outubro de 1968.

Atuou junto à ALN, tendo no fim de 1969, após diversas prisões, viajado para Cuba. Em seu retorno ao país passou a atuar na clandestinamente como militante do Molipo, indo morar no interior de Goiás.

Em decorrência das atividades de resistência à ditadura sofreu perseguição política e apesar de não haver confirmação oficial de sua morte, foram localizados documentos que

informavam as mortes de Márcio, juntamente com Maria Augusta em 1973. Até a presente data figura como desaparecido político.

Em sua homenagem foi nomeada uma rua no bairro da cidade Tiradentes em São Paulo.

**Nascidos em outras localidades e mortos ou
desaparecidos no município de São Paulo**

1964 a 1985

ALCERI MARIA GOMES DA SILVA (1943 – 1970)



Afrodescendente, nascida em 25 de maio de 1943, em Cachoeira do Sul (RS), filha de Odila Gomes da Silva e Oscar Tomaz da Silva.

Cursou o 2º. grau e trabalhou no escritório da fábrica Michelletto, em Canoas, onde começou a participar do movimento operário.

Reconhecida pela sua alegria e entusiasmo pela luta, atuou como ativista política e militante da Vanguarda Popular Revolucionária-VPR.

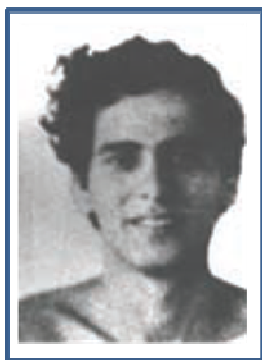
Em decorrência de suas atividades como militante mudou-se para São Paulo para atuação na luta contra o regime ditatorial.

Foi assassinada, aos 27 anos, juntamente com Antônio dos Três Reis Oliveira, em São Paulo, no dia 17 de maio de 1970, quando sua casa foi invadida por agentes dos órgãos de segurança.

Sua família foi informada da morte, mas não recebeu atestado de óbito, nem foi informada do local de sua sepultura.

Em sua homenagem seu nome foi dado à rua no município de Criciúma e Blumenau (SC) e em Campinas (SP).

ALEX DE PAULA XAVIER PEREIRA (1949 – 1972)



Nascido em 09 de agosto de 1949, no Rio de Janeiro (RJ), filho de Zilda Paula Xavier Pereira e João Baptista Xavier Pereira, ativistas políticos.

Irmão dos também militantes Iuri Xavier Pereira e Iara Xavier Pereira, atuou como liderança estudantil.

Em 1968, foi eleito diretor do Grêmio Estudantil do Colégio Pedro II, no Humaitá, Rio de Janeiro.

O contexto familiar e de luta o fez conhecer desde cedo à perseguição e a repressão que atingiu sua família com o golpe militar de 1964.

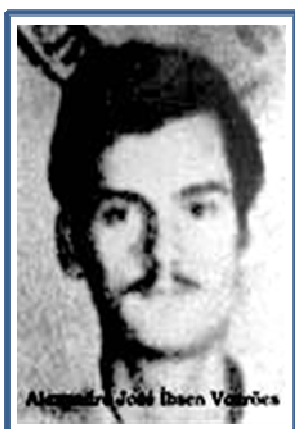
Atuou como militante do Partido Comunista Brasileiro - PCB e na Aliança Libertadora Nacional – ALN, passando a atuar na clandestinidade devido à perseguição política.

Foi assassinado, aos 22 anos, em 20 de janeiro de 1972, por agentes do Estado, juntamente com Gelson Reicher.

Os familiares de Alex somente encontraram seus restos mortais em 1979, graças à nota oficial publicada pelos jornais em 1972 onde constava o nome falso com que fora enterrado. Após ação de retificação do registro de óbito.

Apesar do reconhecimento oficial de sua morte, seus restos mortais somente foram encontrados em 1979, na vala clandestina de Perus. Os restos mortais de Alex foram trasladados em 1982 para o Rio de Janeiro, junto com os restos mortais do irmão, Iuri Xavier Pereira e enterrados no Cemitério de Inhaúma/RJ.

ALEXANDRE JOSÉ IBSEN VOERÕES (1952 – 1972)



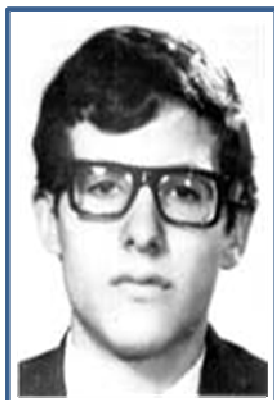
Nascido em 05 de julho de 1952, em Santiago, Chile, filho de Carmem Ibsen Chateau e Alexander Voerões Toth.

Estudante secundarista atuou como militante do Movimento de Libertação Popular - MOLIPO.

Morto em 27 de fevereiro de 1972, aos 19 anos, juntamente com Lauriberto José Reyes, na rua Serra de Botucatu, bairro de Tatuapé, em São Paulo.

Foi enterrado no dia 1 de março de 1972, pela família, em caixão lacrado por determinação policial, no Cemitério da Saudade, quadra 68, sepultura 28, em Vila Sônia, São Paulo.

ALEXANDRE VANUCCHI LEME (1950 – 1973)



Nascido em 05 de outubro de 1950, em Sorocaba, SP. Filho de Egle Maria Vannucchi Leme e José de Oliveira Leme.

Filho de professores cursou o secundário no Instituto de Educação Estadual Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, em Sorocaba/SP, fazendo ao mesmo tempo o magistério. Ingressou no curso de geologia da Universidade de São Paulo – USP, tendo obtido o 1^a. lugar no vestibular.

Reconhecido por seus familiares e amigos por sua inteligência e gosto pela leitura, filosofia, economia e política, foi um estudante universitário comprometido com as lutas sociais de sua época, tendo atuado como ativista político nas lutas estudantil, atuando junto a Ação Libertadora Nacional – ALN.

Preso em 16 de março de 1973, foi torturado até a morte, aos 22 anos, por agentes do estado. Sua morte causou grande comoção e mobilizou cerca 3.000 pessoas a comparecerem a missa em sua intenção, celebrada por D. Paulo Evaristo Arns, na Catedral da Sé. Essa acabou sendo a primeira grande manifestação pública de oposição à Ditadura desde a publicação do AI-5, em 1968.

A oficialização de sua morte se deu tardiamente, dificultando à sua família a localização do corpo, o qual foi enterrado como indigente no cemitério de Perus. Somente em 1983 seus restos mortais foram trasladados para Sorocaba e enterrado no jazigo da família.

Em sua homenagem o Diretório Acadêmico dos Estudantes da Universidade de São Paulo recebeu seu nome.

ALUÍSIO PALHANO PEDREIRA FERREIRA (1922 – 1971)



Nascido em 05 de setembro de 1922, em Pirajuí (SP), filho de Henise Palhano Ferreira e João Alves Pedreira Ferreira.

Na infância foi matriculado em internatos, dos quais fugiu por não se adapta.

Com a morte de seu pai, sua família mudou-se para o Rio de Janeiro, onde concluiu o curso secundário, no Colégio Plínio Leite e posteriormente formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense.

Em 1947, casou-se com Leda Pimenta e tiveram dois filhos, Márcia e Honésio.

Trabalhou na bilheteria do Cine Royal, em Niterói e posteriormente ingressou no Banco do Brasil, onde trabalhou até ser cassado, em 1964.

Por duas vezes foi presidente do Sindicato dos Bancários, atuando pela Vanguarda Popular Revolucionária – VPR.

Em 1963 foi eleito presidente da CONTEC (Confederação dos Trabalhadores dos Estabelecimentos de Crédito) e vice-presidente da antiga CGT.

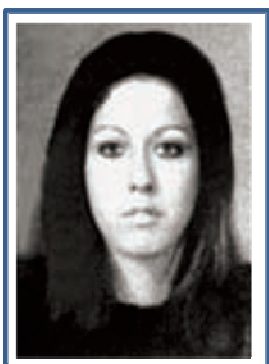
Após o golpe de 64 sofreu intensa perseguição, tendo que refugiar-se no exterior. Asilou-se na Embaixada do México, indo posteriormente para Cuba, onde em 1969, representou o Brasil na Organização Latino-Americana de Solidariedade - OLAS, em Havana.

Regressou ao Brasil em 1970, passando a atuar na clandestinidade.

Registra-se seu desaparecimento em 09 de maio de 1971, aos 49 anos, porém informações sobre sua morte, sob tortura, só foram confirmadas em 1978, apesar de não ter ocorrido reconhecimento oficial.

Em sua homenagem, em 21 de maio de 1986 foi inaugurada rua com seu nome no bairro Campo Grande, no Rio de Janeiro, pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro. Em 1994, Aluísio Palhano recebeu a Medalha Pedro Ernesto, da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, proposta pelo vereador Adilson Pires. E, em 2000, recebeu a Medalha Chico Mendes de Resistência outorgada pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, por indicação do Sindicato dos Bancários.

ANA MARIA NACINOVIC CORREA (1947 – 1972)



Nascida em 25 de março de 1947, no Rio de Janeiro (RJ), filha de Anadir de Carvalho Nacinovic e Mario Henrique Nacinovic.

Cursou o primário, ginásio e científico no Colégio São Paulo, de freiras, em Ipanema e simultaneamente estudava piano. Cogitou cursar Engenharia, mas optou pela Faculdade de Belas Artes, onde ingressou, como segunda colocada.

Compromissada com as lutas sociais de sua época, posicionou-se contra o regime autoritário, passando a atuar na Ação Libertadora Nacional e a ser procurada pelo regime repressor.

Ana Maria foi metralhada e morta na Mooca, São Paulo, em 14 de junho de 1972. Estava com 25 anos de idade. Com ela morreram Marcos Nonato da Fonseca e Iuri Xavier Pereira.”.

Em 1992, foi homenageada com o nome em uma creche da Mooca.

ANTONIO BENETAZZO (1941 – 1972)



Nascido em 01 de novembro de 1941, em Verona, Itália. Filho de Giulietta Sguazzardo Benetazzo e Pietro Benetazzo.

Mudou-se para o Brasil em 1950, quando tinha 9 anos.

Estudante Universitário cursou arquitetura e filosofia na USP. Foi presidente do Centro Acadêmico do Curso de Filosofia e professor de História e Educação Artística.

Em 1962, ingressou no PCB, integrando-se ao setor estudantil, tendo destacada atuação nos movimentos culturais e políticos, principalmente naqueles promovidos pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE.

Em 1967, desligou-se do PCB, passando a militar na Dissidência Estudantil do PCB/SP, e em 1969 ingressou na ALN.

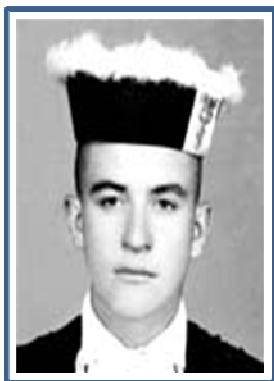
Participou da preparação do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, em outubro de 1968. Em julho de 1969, deixou a universidade e as escolas em que lecionava e passou a viver na clandestinidade.

Além da política, Benetazzo também se destacava no campo da cultura e das artes. Participou como ator do filme *Menina Moça*, de Francisco Ramalho Jr. Foi cenógrafo de *Anuska*, *Manequim e Mulher* (1968), do mesmo diretor, tendo no elenco Francisco Cuoco, Jairo Arco e Flecha, Ruthinéa de Moraes e Marília Branco. Fez também a capa do primeiro livro de Mário Prata, *O Morto que Morreu de Rir*, publicado em 1969.

Viajou para Cuba e voltou ao Brasil clandestinamente, em 1971, integrado ao Molipo, sendo o redator do jornal *Imprensa Popular*, órgão oficial da organização e membro de sua direção.

Foi preso em 28 de outubro de 1972 e morto, dois dias depois sob tortura.

ANTÔNIO DOS TRÊS REIS DE OLIVEIRA (1948 – 1970)



Nascido (em 19 de novembro de 1948, em Tirões MG). Filho de Glaucia Maria de Oliveira e Argeu de Oliveira

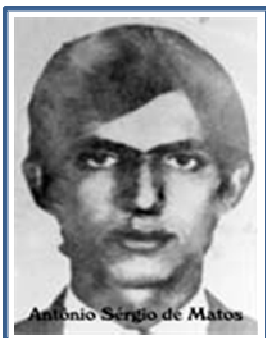
Cursou ginásial no Colégio Nilo Cairo e ingressou na Faculdade de Apucarana, no curso de Economia.

Foi membro da União Paranaense de Estudantes e produtor de programas para a rádio local,

Militante da Ação Libertadora Nacional – ALN, participou do 30º Congresso da UNE, em 1968, em Ibiúna (SP).

Foi assassinado, juntamente com Alceri Gomes da Silva, em 17 de maio de 1970, aos 21 anos, tendo seu corpo sido enterrado no cemitério da Vila Formosa, zona Leste de São Paulo.

ANTONIO SÉRGIO DE MATOS (1948 – 1971)



Nascido em 18 de fevereiro de 1948, no Rio de Janeiro (RJ). Filho de Maria de Lourdes Pereira de Mattos e Armando Mattod.

Estudante universitário cursou Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro quando iniciou sua militância política no Movimento Armado Revolucionário – MAR passando a atuar na Ação libertadora Nacional posteriormente.

Devido perseguição política decorrente da militância e assistência aos presos político passou a atuar na clandestinidade.

Assassinado por agentes do Estado, no dia 23 de setembro de 1971, aos 23 anos, juntamente com Antonio Sérgio de Matos, Manuel José Nunes Mendes de Abreu e Eduardo Antônio da Fonseca em frente ao número 2358, bairro do Sumarezinho, na capital paulista.

ARNALDO CARDOSO ROCHA (1949 – 1973)



Nascido em 28 de março de 1949, em Belo Horizonte (MG). Filho de Annete Cardoso Rocha e João de Deus Rocha.

Cursou o primário no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e o ginásio no Colégio Padre Machado, militando no setor secundarista do PCB.

Sua militância iniciou-se cedo, sob influência de seu pai João de Deus Rocha, militante comunista.

Ex-soldado do exército, trabalhou no Colégio Militar, na Pampulha.

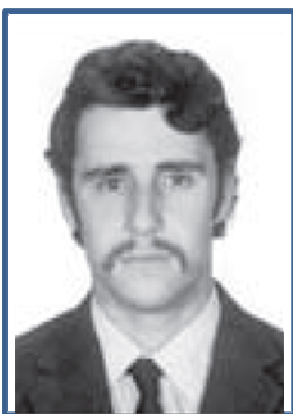
Juntamente com vários outros jovens que constituiu em Minas Gerais a Corrente, organização que mais tarde se incorporou à ALN, integrando o comando nacional. Em 1969, passou a atuar na clandestinidade.

Foi preso na Rua Caquito, proximidades do cemitério da Penha, na capital paulista, juntamente com Francisco Emmanuel Penteadó e Francisco Seiko Okama, e morto em 15 de março de 1973, aos 23 anos, sendo as circunstâncias de suas mortes não esclarecidas.

Seus familiares sepultaram seu corpo no Cemitério Parque da Colina, em Belo Horizonte.

Arnaldo morreu sem conhecer o filho, que sua companheira Iara Xavier Pereira estava esperando.

AYLTON ADALBERTO MORTATI (1946 – 1971)



Nascido em 13 de janeiro de 1946 em Catanduva (SP). Filho de Carmem Sobrinho Mortati e Umberto Mortati.

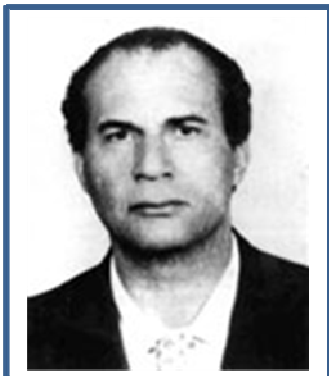
Cursou o ginásio e o colegial em Catanduva, vindo para São Paulo, cursar Direito, na Faculdade Mackenzie. Era um excelente pianista e faixa preta de caratê.

Oficial militar teve sua patente cassada em decorrência de suas atividades como militante do movimento estudantil. Foi preso no 30º Congresso da UNE, em 1968.

Depois dessa primeira prisão, ingressou na ALN e viajou para Cuba em 1970, no seu retorno passou a atuar na clandestinidade junto a MOLIPO

Desaparecido em 04 de novembro de 1971, aos 24 anos, não teve sua prisão e morte assumidas pelos órgãos de Estado, mas em 1975 foi denunciada sua prisão e morte sob tortura.

CARLOS MARIGHELLA (1911 – 1969)



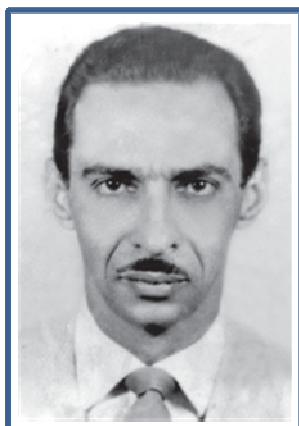
Nascido em 05 de dezembro de 1911, em Salvador (BA). Filho de Maria Rita do Nascimento Marighella e Carlos Augusto Marighella. Líder da Ação Libertadora Nacional em inúmeras ocasiões posicionou-se contrário ao Governo Vargas, sendo preso e sofrendo torturas. Foi libertado em 1945, depois de anos nos cárceres de Fernando de Noronha e da Ilha Grande.

Reconhecido por sua bravura foi eleito deputado pelo Partido Comunista à Assembleia Constituinte de 1946, mas perdeu o mandato quando foi cassado o registro legal do Partido, no governo Dutra, sendo impelido à militância clandestina até sua morte.

Opositor ao Golpe foi baleado, em 1964, quando tentou resistir à prisão pela polícia política do Rio de Janeiro, num cinema da Tijuca.

Criador da Ação Libertadora nacional vivia na clandestinidade quando foi morto, em São Paulo, no dia 04 de novembro de 1969, aos 57 anos, em ação policial que contou com cerca de 150 agentes policiais equipados com armamento pesado.

CARLOS NICOLAU DANIELLI (1929 – 1972)



Nascido em 14 de setembro de 1911, no Rio de Janeiro (RJ). Filho de Virginia Silva Chaves e Pascoal Egídio Danielli.

Era casado e pai de quatro filhos.

Na juventude, aos 15 anos de idade, começou a trabalhar nos estaleiros de construção naval em São Gonçalo (RJ). Tomou contato com o movimento operário, tornando-se assim um ativista sindical. Em 1946, entrou para a Juventude Comunista,

chegando a ser um dos seus dirigentes.

Dirigente de esquerda atuou no PCB e participou da organização do PC do B, tendo participado de inúmeros eventos internacionais ligados à organização de esquerda mundial do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), posteriormente passou a atuar junto ao PCB, sendo eleito membro do Comitê Central.

Teve participação estratégica na Guerrilha do Araguaia

Morto, sob tortura, em 30 de dezembro de 1972, aos 43 anos. Seus restos mortais só puderam ser sepultados, por seus familiares, em 11 de abril de 1980, em Niterói (RJ).

CARLOS ROBERTO ZANIRATO (1949 – 1969)

Nascido em 09 de novembro de 1949, em Ourinhos (SP). Filho de Ernestina Furtado Zanirato e Hermínio Zanirato.

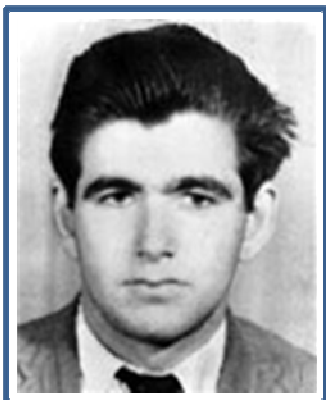


Soldado e militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) desligou-se do exército para dedicar-se a resistência à Ditadura.

Morto, sob tortura, em 29 de junho de 1969, aos 19 anos,

DENIS CASEMIRO (1942 – 1971)

Nascido em 09 de dezembro de 1942, em Votuporanga (SP). Filho de Maria dos Anjos Casemiro e Antônio Casemiro Sobrinho.



Trabalhador rural acompanhava as atividades do Sindicato dos Lavradores de Votuporanga. Em 1947 migrou para São Bernardo do Campo e passou a atuar na indústria automobilística como operário na Volkswagen.

Nesse período entra em contato com o movimento sindical urbano e passa a atuar na oposição à ditadura nas frentes da

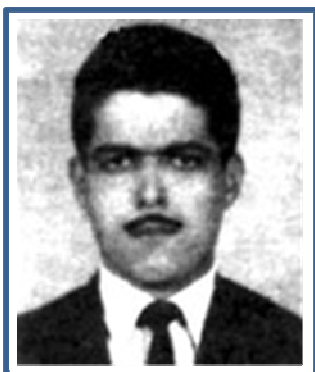
Vanguarda Popular Revolucionária-VPR

Como militante desloca-se para Imperatriz (Ma) para ação política ano meio rural.

Preso em maio de 1971, é transferido para São Paulo, onde acaba morto, no dia 19 de maio de 1971, aos 28 anos, por agentes do Estado.

Foi enterrado como indigente e seus restos mortais foram finalmente encontrados, em 1979, na vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, em São Paulo (SP).

DEVANIR JOSÉ DE CARVALHO (1943 -1971)



Nascido em 15 de julho de 1943, em Muriaé (MG). Filho de Esther Campos de Carvalho e Ely José de Carvalho.

A migração de seus pais para São Paulo, nos anos 50, possibilitou a ele e seus irmãos Derli, Joel, Jairo e Daniel trabalharem na região do ABCD paulista como operário em indústrias metalúrgicas e automobilísticas.

Conhecedor do ofício de torneiro mecânico trabalhou na Villares e na Toyota.

Casou-se com Pedrina José de Carvalho, com quem teve dois filhos, Carlos e Ernesto.

Em 1963, ajudou a fundar o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, participando ativamente de sua organização e da realização de greves. Ingressou no PCdoB e, após o golpe de 1964, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro (RJ), onde passou a trabalhar como motorista de táxi.

No retorno a São Paulo fundou o Movimento Revolucionário Tiradentes-MRT, em 1967 e após treinamento na China participou de ações de resistência à ditadura, atuando na guerrilha urbana.

Morto entre 05 e 07 de abril de 1971, aos 27 anos, sob tortura impetrada por agentes do Estado.

Há indícios de que foi sepultado no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, mas eu sua certidão de óbito consta que foi sepultado no cemitério de Perus. Seus restos mortais nunca foram recuperados.

A família Carvalho, além de Devanir, perdeu dois outros membros, Daniel e Joel, que constam da lista dos desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

DIMAS ANTÔNIO CASEMIRO (1946 – 1971)



Nascido em 06 de março de 1946, em Votuporanga (SP). Filho de Maria dos Anjos Casemiro e Antônio Casemiro Sobrinho.

Trabalhou como corretor de seguros, vendedor e tipógrafo. Casou-se com Maria Helena Zanini, com quem teve um filho, Fabiano César Casemiro.

Atuou no movimento estudantil em Votuporanga (SP). Foi militante do PCdoB, de uma de suas dissidências – Ala Vermelha – e da VPR, antes de se tornar militante do MRT.

Morto por agentes do Estado em 17 e 19 de abril de 1971, aos 25 anos, foi enterrado como indigente no Cemitério de Perus, na capital paulista. Seu irmão, Denis Casemiro, também foi assassinado pelos órgãos de repressão da ditadura um mês após sua morte. Denis foi considerado desaparecido político até que seus restos mortais foram resgatados da Vala de Perus, em 1990, e identificados, em agosto de 1991.

DIOGENES DE ARRUDA CÂMARA (1914 – 1979)



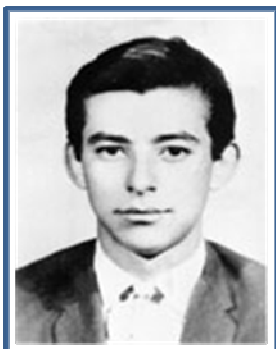
Nascido em 23 de dezembro de 1914, em Afogados da Ingazeira (PE). Filho de Julia Lopes Câmara e José Bezerra Câmara

Integrou a comissão de criação do PC do B, em 1962, vindo a atuar na direção do Partido.

Em 1969 foi preso em São Paulo e torturado a ponto de perder a vista direita e sofrer duas paradas cardíacas. As sequelas foram inúmeras e profundas.

Foi solto em 1972 e, após viajar pela América Latina, exilou-se na França. Retornou ao Brasil em outubro de 1979, incorporando-se à luta dos familiares de mortos e desaparecidos. Faleceu em 25 de novembro de 1979, aos 64 anos.

DORIVAL FERREIRA (1931 – 1970)



Nascido em 05 de dezembro de 1931, em Osasco (SP). Filho de Alvina Ferreira e Domingos Antonio Ferreira.

Casado, pai de seis filhos.

Operário da construção civil era militante da Ação Libertadora Nacional – ALN e filiado ao Sindicato de sua categoria na região de Osasco, tendo sido candidato a presidência em 1965.

Morto em circunstâncias não esclarecidas, por agentes do Estado, em 03 de abril de 1970, aos 38 anos.

EDGAR DE AQUINO DUARTE



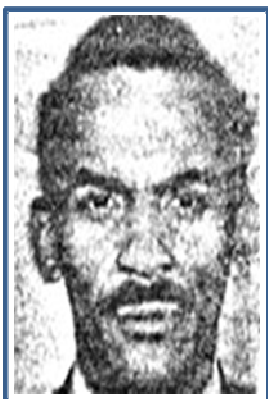
Nascido em 22 de fevereiro de 1941, em Bom Jardim (PE). Filho de Francisca Maria Duarte e José Geraldo Duarte

Fuzileiro naval, tendo alcançado a patente de Cabo, participou da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil quando foi dado o golpe militar, em 1964.

Devido à perseguição política refugiou-se no México e em Cuba, retornando ao Brasil, em 1968, passou a viver na clandestinidade, chegando a trabalhar na bolsa de valores.

Desaparecido, apesar dos registros de prisão, em junho de 1.973, aos 32 anos, tendo sido visto pela última vez, nas dependências do DOPS/SP.

EDSON NEVES QUARESMA (1939 – 1970)



Nasceu em 11 de dezembro de 1939, em Itaú, pertencente ao município de Apodi (RN). Filho de Josefa Miranda Neves e Raimundo Agostinho Quaresma.

Afrodescendente cursou o primário em Natal. Em 1958, ingressou na Escola de Aprendizes de Marinheiros, em Recife (PE), da qual saiu como grumete em 1959.

Na Marinha serviu no Rio de Janeiro, no cruzador Tamandaré e atuou na associação da categoria, como tesoureiro da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.

Com a instalação do Governo ditatorial passou a sofrer perseguição política sendo expulso da Marinha e obrigado a atuar na clandestinidade a partir de 1965.

Vinculado ao MNR e posteriormente à Vanguarda Popular Revolucionária - VPR participou de treinamento em Cuba e retornou ao Brasil em 1970.

Interceptado e morto por agentes da repressão, juntamente com Yoshitane Fujimori, no dia 05 de dezembro de 1970, aos 30 anos, foi sepultado como indigente no Cemitério de Vila Formosa.

EDUARDO ANTÔNIO DA FONSECA (1947 – 1971)



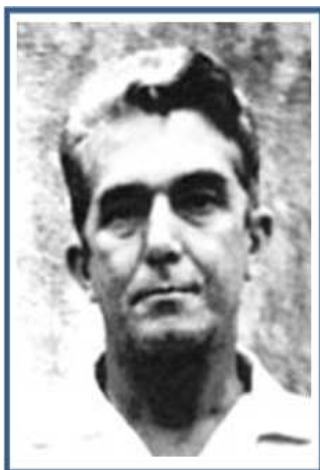
Nascido em 23 de fevereiro de 1947, em Belo Horizonte (MG). Filho de Lucinda Miquelina Braga e Joaquim da Fonseca Junior.

Cursou o secundário em Belo Horizonte, engajando-se em 1968 ao PSRB – Partido Socialista da Revolução Brasileira e posteriormente à Corrente e por fim a Ação libertadora Nacional – ALN.

Em decorrência de perseguição política mudou-se para São Paulo passando a atuar na clandestinidade.

Interceptado e morto pelos órgãos de segurança em 23 de setembro de 1971, aos 24 anos, juntamente com Antonio Sérgio de Matos e Manuel José Nunes Mendes de Abreu.

ELSON COSTA (1913 – 1975)



Nascido em 26 de agosto de 1913, em Prata (MG). Filho de Maria de Novaes Costa e João Soares da Costa.

Casado com Aglaé de Souza Costa, teve uma vida dedicada à militância. Membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Minas Gerais foi membro do Comitê Central com atuação em diferentes cidades brasileiras e experiência nos países do leste Europeu na década de 50. Com o golpe militar de 1964, passou a atuar clandestinamente, sendo perseguido, preso e torturado em

diferentes oportunidades. Porém nos momentos em liberdade manteve o compromisso com a luta trabalhando e divulgando o jornal *A Voz Operária*.

Preso nas imediações de sua residência, em São Paulo, aos 61 anos, consta como data de seu desaparecimento o dia 14 de janeiro de 1975, sendo que o reconhecimento de sua morte sob responsabilidade do Estado somente ocorreu oficialmente em 1995.

Em sua homenagem, as cidades de São Paulo e Belo Horizonte deram o seu nome a ruas nos bairros Toca e das Indústrias, respectivamente. Em Belo Horizonte, também foi homenageado em 2004, pela Câmara Municipal, com a Medalha Tributo à Utopia, que lembrou as vítimas da ditadura.

EMANUEL BEZERRA DOS SANTOS



Nascido em 17 de junho de 1947 em São Bento do Norte (RN). Filho de Joana Elias Bezerra e Luiz Elias dos Santos.

Cursou o primário na Escola Isolada de São Bento do Norte (RN). Deu continuidade aos estudos no Colégio Atheneu – Natal (RN), onde se envolveu com as lutas de sua época. Expressou sua indignação, juntamente com outros colegas, por meio da imprensa estudantil, participando da fundação dos jornais “O Realista” e o “O jornal do povo”.

Militante estudantil ingressou na Faculdade de Sociologia da Fundação José Augusto, em 1967, onde foi militante ativo do Diretório Acadêmico “Josué de Castro”. Ainda em 1967, foi eleito presidente da Casa do Estudante e delegado ao 29º Congresso da UNE em São Paulo. Tornou-se, em 1968, diretor do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Nesse mesmo ano organizou a bancada dos estudantes potiguares para o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), onde foi preso. Enquadrado no decreto 447, foi expulso da universidade.

Emmanuel tinha militado no PCB e incorporou-se ao PCR em 1967. Logo após a decretação do AI-5, foi preso, condenado e cumpriu pena até outubro de 1969. Libertado, Emmanuel passou a atuar na clandestinidade, em Pernambuco e Alagoas, já como dirigente nacional do seu partido. Realizou viagens ao Chile e Argentina em missão partidária, buscando aglutinar exilados brasileiros. Além de militante político, Emmanuel era uma pessoa ligada à arte e à cultura, tendo participado de diversas manifestações artísticas em Natal.

Morto, sob tortura, em 04 de setembro de 1973, aos 25 anos.

A Escola Isolada de São Bento do Norte e o Grêmio Estudantil da Escola Estadual João XXIII têm hoje o nome de Emmanuel Bezerra dos Santos, assim como uma rua no bairro de Pitimbu, em Natal. Em novembro de 1994.

FLÁVIO CARVALHO MOLINA (1947 – 1971)



Nascido em 08 de novembro de 1947, no Rio de Janeiro (RJ). Filho de Maria Helena Carvalho Molina e Álvaro Andrade Lopes Molina.

Cursou o primário, nos Colégios São Bento e São José e o secundário no Colégio Mallet Soares, no Rio de Janeiro. Período no qual iniciou as atividades de militância no movimento estudantil.

Ingressou na Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1968.

Nutria gosto pela prática de camping, alpinismo e música clássica.

Preso em 1968 e perseguido por agentes do Estado, passou, a partir de 1969, a atuar na clandestinidade como membro da Ação Libertadora nacional - ALN.

Manteve comunicação com a família até 1970, a qual teve, em 1972, notícias de sua morte ocorrida em 07 de novembro de 1971, aos 23 anos, a qual se confirmou somente em 1979.

Foi enterrado, como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus, seus restos mortais foram exumados e transferidos para a vala clandestina alguns anos depois. Somente em 2005, seus restos mortais foram identificados, sendo este o primeiro passo para constituição do Banco de DNA dos mortos e desaparecidos políticos, efetivado em 2006.

Em 10 de outubro de /2005, um ato público no auditório da Procuradoria da República, em São Paulo, marcou a entrega da urna com os restos mortais de Molina ao seu irmão, Gilberto.

FRANCISCO EMMANUEL PENTEADO (1952 – 1973)



Nascido Em 29 de dezembro de 1952, em Taquaratinga (SP). Filho de Nair Pereira Pinto e Francisco Santa Cruz Negreiros Penteado.

Estudante secundarista cursou o ginásio em sua cidade natal, onde, por volta de 1969, se engajou a um grupo de militantes da ALN, o qual se transferiu para a capital cursar a universidade.

A partir de 1971, ainda estudante universitário, passou a atuar na clandestinidade, foi morto em 15 de março de 1973, aos 20 anos. Seus restos mortais foram sepultados pela família, no Cemitério Getsêmani, em São Paulo.

FRANCISCO JOSE DE OLIVEIRA (1943 – 1971)



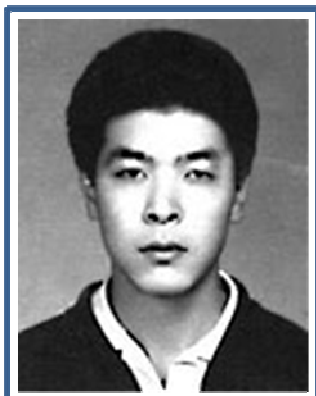
Nascido em 05 de abril de 1943, em Cabrália Paulista (SP). Filho de Maria das Neves Knalfec Oliveira e Olívio Oliveira.

Estudante universitário cursou Ciências Sociais na Universidade de São Paulo – USP. Dissidência Universitária de São Paulo - DISP até 1968, passando posteriormente a atuar na Ação Libertadora Nacional – ALN.

Em decorrência da perseguição política refugiou-se em Cuba retornando ao Brasil em 1971, quando passou a atuar na clandestinidade junto ao Movimento de Libertação Popular - MOLIPO.

Morto, por agentes do Estado, em São Paulo, em 05 de novembro de 1971, aos 28 anos, foi enterrado com nome falso no Cemitério Dom Bosco, em Perus, seus restos mortais foram colocados na vala comum descoberta em 1990.

FRANCISCO SEIKO OKAMA (1947 -1973)



Nascido em 02 de maio de 1947 em São Carlos (SP). Filho de Yocico Okama e Masahares Okama.

Francisco Seiko era operário metalúrgico em São Carlos (SP) antes de militar na ALN. Morto aos 26 anos foi enterrado por seus pais no Cemitério de Mauá.

Foi preso na Rua Caquito, proximidades do cemitério da Penha, na capital paulista, juntamente com Francisco Emmanuel Penteadó e Arnaldo Cardoso Rocha e morto em 15 de março de 1973, aos 25 anos, sendo as circunstâncias de suas mortes não esclarecidas.

FREDERICO EDUARDO MAYR (1948 – 1972)



Nascido em 29 de outubro de 1948, em Timbó (SC). Filho de Gertrud Mayr e Carlos Enrique Mayr.

Cursou o primário na escola pública municipal Dr. Cócio Barcellos, no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro (RJ). Fez o curso ginásial e o científico (atual ensino médio) no Colégio Mallet Soares, no mesmo bairro. Gostava da vida em contato com a natureza e dos acampamentos. Praticou pesca submarina na adolescência e foi escoteiro na Tropa Baden Powell. Gostava de artes plásticas. Aos 15 anos de idade, fez

sua primeira participação coletiva em uma exposição, apresentando dois trabalhos. Ingressou na Faculdade de Arquitetura da UFRJ aos 18 anos.

Engajado nas lutas sócias de sua época participou do movimento estudantil e engajou-se na ALN.

Em decorrência de perseguição política passou a atuar na clandestinidade e refugiou-se em Cuba, retornando em 1971, como militante da MOLIPO.

Preso por agentes do Estado foi torturado e morto em 24 de fevereiro de 1972, aos 23 anos.

Enterrado com nome falso no Cemitério D. Bosco, em Perus, na cidade de São Paulo, seus restos mortais estavam na vala clandestina criada em 1976. Sua ossada foi identificada, em

1992, pelo Departamento de Medicina Legal da Unicamp. Seus restos mortais foram trasladados para o jazigo da família, no Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1992, após missa celebrada na Catedral da Sé por D. Paulo Evaristo Arns.

GASTONE LUCIA DE CARVALHO BELTRÃO (1950 – 1972)



Nascida em 12 de janeiro de 1950, em Coruripe (AL). Filha de Zoraide de Carvalho Beltrão e João Beltrão de Castro.

Alagoana de Coruripe, Gastone manifestou desde jovem preocupação com as desigualdades sociais e ainda adolescente, visitava os presos comuns levando-lhes roupa e alimentos.

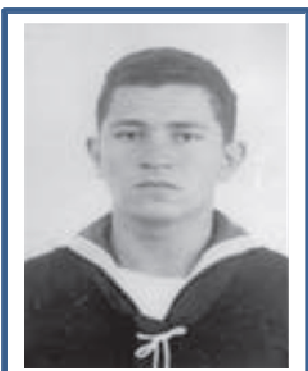
Estudou nos colégios Imaculada Conceição e Moreira e Silva, em Maceió, e concluiu o 2º grau no Rio de Janeiro, onde moravam

seus avós.

Em 1968, de volta a Maceió, prestou vestibular para Economia na Universidade Federal de Alagoas, entrando em 3º lugar. A partir de então, sua militância política se tornou mais efetiva, inicialmente na JUC – Juventude Estudantil Católica.

Em 1969, já integrada à ALN, viajou para Cuba, no seu retorno foi morta por agentes dos órgãos de Segurança, em 1972, aos 22 anos.

GRENALDO DE JESUS SILVA (1941 – 1972)



Nascido em 17 de abril de 1941, no Maranhão. Filho de Eneida Estela Silva e Gregório Napoleão Silva.

Filho mais velho dentre 12 irmãos. Seu pai era alfaiate, a mãe servente de escola em São Luís (MA). Ingressou na Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará em 1º/1/1960.

Integrou o grupo de 1509 marinheiros expulsos da Armada em abril de 1964. .

Em decorrência da perseguição política, passou a atuar na clandestinidade, residindo em Guarulhos (SP).

Durante cinco anos, trabalhou como porteiro e vigilante da empresa Camargo Corrêa. Casou-se com Mônica e tiveram um filho, Grenaldo Edmundo da Silva Mesut, que tinha 4 anos quando do assassinato de seu pai.

Foi morto por agentes da repressão em 30 de maio de 1972, aos 31 anos, em ação no Aeroporto de Congonhas (SP).

Seu corpo, enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus, foi parar dentre as ossadas da vala clandestina daquele cemitério.

HAMILTON FERNADO CUNHA (1941 – 1969)

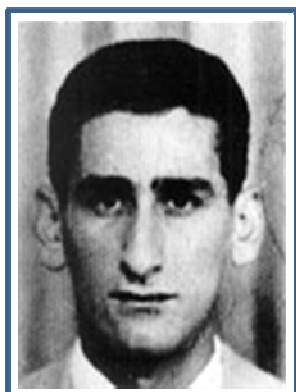


Nascido EM 1941, em Florianópolis (SC). Filho de Filomena Maria Rosa e Fernando Manoel Cunha,

Afrodescendente e operário da indústria gráfica participava do cotidiano cultural e intelectual de São Paulo, atuando em grupos de teatro e, com voz de tenor, cantava em coral.

Militante da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR foi morto por agentes da repressão ao comparecer ao local de trabalho para assinar a rescisão trabalhista, em 11 de fevereiro de 1969, aos 28 anos.

HELBER JOSE GOMES GOULART (1944 – 1973)



Nascido Em 19 de setembro de 1944, em Mariana (MG). Filho de Jandyra de Souza Gomes e Geraldo Goulart do Nascimento.

Militante da Ação Libertadora Nacional

Nascido em Mariana, Minas Gerais, Helber estudou até a segunda série ginásial em sua terra natal, no Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC).

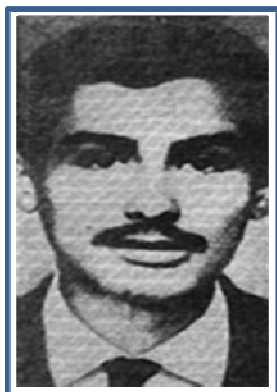
Começou a trabalhar muito cedo, aos 11 anos, entregando jornais; aos 13 anos, no escritório da fábrica de tecidos de Mariana; pouco depois como datilógrafo na Prefeitura Trabalhou como apontador na construção da hidrelétrica de Urubupungá, na divisa entre São Paulo e Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul), retornando a Mariana em 1968 e se mudando para Ouro Preto em 1969. Em 1961 migrou para São Paulo em busca de novas oportunidades de emprego.

Interessado desde cedo nas questões políticas por influência do pai, militante comunista, passou a ser perseguido após abril de 1964. Pertenceu ao PCB e também à Corrente antes de chegar a atuar na ação Libertadora Nacional – ALN.

Em decorrência da perseguição política passou a atuar na clandestinidade e foi morto, por agentes da repressão, em 16 de julho de 1973, aos 28 anos.

Helber foi enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus (SP). Os restos mortais foram exumados e identificados por uma equipe da Unicamp. Traslados para Mariana (MG) em 13/07/1992, foram sepultados no Cemitério de Santana após missa celebrada por Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

HÉLCIO PEREIRA FORTE (1948 – 1972)



Nascido em 24 de janeiro de 1948, em Outro Preto (MG). Filho de Alice Pereira Fortes e Jose Ovídio Fortes.

Participava intensamente das atividades culturais de sua cidade, escreveu em jornais, promoveu jograis, criou e difundiu peças teatrais. Era colaborador assíduo do *Jornal de Outro Preto* e da *Voz do GLTA* (Grêmio Literário Tristão de Athayde, criado em 1938).

Ativista na União Colegial Ouro-pretense e na Escola Técnica Federal, integrou Comitê Municipal do PCB, em contagem (MG).

Com o Golpe de 1964 passou a atuar na clandestinidade, junto ao movimento metalúrgico.

Tornou-se um dos dirigentes da Corrente/MG e atuou junto aos metalúrgicos assessorando as comissões de fábrica da Belgo-Mineira, da Mannesman, da Mafersa e da RCA e a organização do movimento grevista.

Em decorrência da perseguição política passou a viver no Rio de Janeiro, já como militante da Ação Libertadora Nacional ALN.

Preso em 22 de janeiro de 1972, no Rio de Janeiro, e transferido para o DOI-CODI/SP, foi morto sob torturas no dia 28 de janeiro do mesmo ano, aos 24 anos.

A família tomou conhecimento de sua morte no mesmo dia, pela televisão, e imediatamente se dirigiu para São Paulo, mas o corpo já havia sido enterrado no Cemitério D. Bosco, de Perus, em São Paulo. Em 1975, seus restos mortais foram trasladados para Ouro Preto (MG), onde foi enterrado na Igreja São José.

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro da Lagoa, e a cidade do Rio de Janeiro fez o mesmo no bairro Paciência.

HIRAN DE LIMA PEREIRA (1913 – 1975)



Nascido em 03 de outubro de 1913, em Caicó (RN). Filho de Maria Marieta de Lima Pereira e Hilário Amâncio Pereira. Casado com Maria Célia Pereira teve quatro filhas, sendo preso, por motivação política, em diferentes oportunidades.

Dirigente do PCB foi eleito deputado no Rio Grande do Norte, mas teve o mandato cassado quando da declaração de ilegalidade do Partido Comunista.

Em 1949, mudou-se para o Recife (PE) passando a trabalhar como redator do jornal Folha do Povo, órgão oficial do partido. Assumiu o posto de vogal numa das Juntas de Conciliação da Justiça do Trabalho sediada na capital pernambucana.

Engajou-se ativamente na construção da Frente do Recife, que conquistou a prefeitura em 1955, desempenhando a função de secretário municipal de Administração por três mandatos consecutivos.

Paralelamente as atividades administrativas atuou no campo da cultura, tendo atuado como ator do grupo profissional Teatro Popular do Nordeste, na peça A Pena e a Lei, de Ariano Suassuna, com direção de Ermilo Borba Filho.

Era casado com Célia Pereira e pai de quatro filhas.

Após o Golpe de Estado de 1964 passou a atuar na clandestinidade no Recife e posteriormente no Rio de Janeiro e São Paulo.

O último contato com a família ocorreu no início de 1975. Desaparecido desde então foi reconhecido como desaparecido político.

HIROAKI TORIGOE



Nascido em 02 de dezembro de 1944, em Lins (SP). Filho de Tomiko Torigoe e Hiroshi Torigoe.

Estudante Universitário cursou medicina na Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Militante da Ação Libertadora Nacional passou posteriormente, a atuar no Movimento de Libertação Popular – MOLIPO e devido à perseguição política foi obrigado a ingressar na clandestinidade a partir de 1969.

Preso e morto por agentes da repressão, aos 27 anos.

Enterrado no cemitério Dom Bosco, em Perus, com o nome falso, a família nunca conseguiu a identificação e resgate de seus restos mortais.

IEDA SANTOS DELGADO (1945 – 1974)



Afrodescendente, nascida em 09 de julho de 1945, no Rio de Janeiro (RJ). Filha de Eunice Santos Delgado e Odorico Arthur Delgado.

Cursou Direito, na Universidade de Brasília e dedicou-se ao estudo de línguas, falava francês, italiano, inglês e espanhol. Ao formar-se advogada em 1969, trabalhou como funcionária do Ministério de Minas e Energia. Tinha trabalhado como assistente da assessoria jurídica do Ministério da Educação e Cultura, no Plano Nacional de

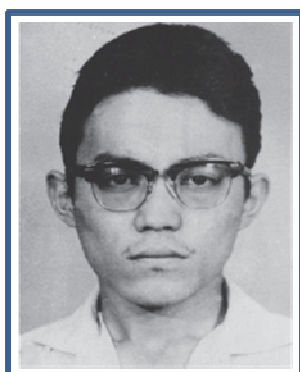
Educação, de 1967 a 1970. Foi estagiária e, depois, assistente jurídica do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia e, em 1973, foi secretária jurídica do Centro de Pesquisas Experimentais.

Sua atuação política teve início entre 1967 e 1968, em Brasília, quando participou das mobilizações estudantis que marcaram o período.

Embora militante da ALN, conseguiu manter a vida em completa legalidade até ser presa em São Paulo, em 11 de abril de 1974, quando, aos 28 anos desapareceu, na capital paulista.

Ieda Santos Delgado foi homenageada, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, com a denominação de ruas em bairros da periferia.

ISSAMI NAKAMURA OKANO (1945 -1974)



Nascido em 23 de novembro de 1911, em Cravinhos (SP). Filho de Sadae Nakamura Okano e Hideu Okano.

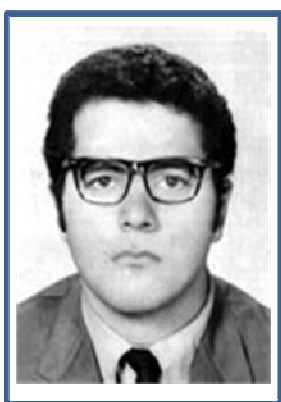
Estudante universitário cursou Química, na Universidade de São Paulo – USP, onde se tornou assistente de laboratório do Departamento de Engenharia Química e no Instituto de Física da mesma Universidade.

Iniciou as atividades políticas no movimento estudantil, integrando a Ação Libertadora nacional – ALN.

Em decorrência de perseguição política foi preso em diferentes oportunidades, tendo desaparecido em 14 de maio de 1974, aos 28 anos, sendo reconhecida a responsabilidade do Estado.

Em sua homenagem, São Paulo deu o seu nome à rua situada no Jardim Nova América.

IURI XAVIER PEREIRA (1948 – 1972).



Nascido em 02 de agosto de 1948, em Rio de Janeiro (RJ). Filho de Zilda Paula Xavier Pereira e João Baptista Xavier Pereira.

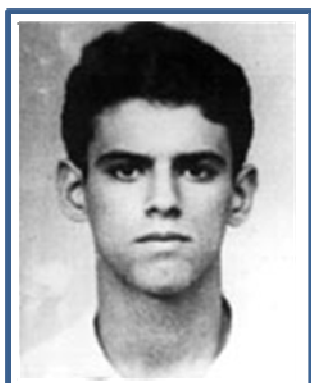
Primogênito, teve em seu núcleo familiar as primeiras influências políticas e também as primeiras dores da violência do Estado, pois seus pais eram membros do Partido Comunista Brasileiro – PCB, bem como seu irmão Alex de Paula Xavier Pereira, os quais foram perseguidos pela repressão.

Militante secundarista, em 1965, ingressou na e atuou intensamente na organização dos estudantes técnicos, fundando e dirigindo a UNETI e posteriormente na Ação Libertadora Nacional-ALN, chegando a integrar o Comando Nacional.

Dente as ações de militância atuou na formação política de estudantes e na imprensa de resistência. Na clandestinidade refugiou-se me Cuba e retornou ao Brasil atuando em ações de guerrilha urbana

Foi morto por agentes do Estado 14 de junho de 1972, aos 23 anos, juntamente com Ana Maria Nacinovic Correa e Marcos Nonato da Fonseca, sendo enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus (SP), sendo que seus restos mortais foram transladados para o Rio de Janeiro somente em 1982.

JOÃO BATISTA FFRANCO DRUMMOND (1941 – 1976)



Nascido em 28 de maio de 1942, em varginha (MG), filho de Zila de Carvalho Drummond e João Batista Moura Drummond.

Cursou o 1º. Grau no Ginásio Salesiano Dom Bosco, de Cachoeira do Campo (MG), e o 2º. Grau (atual ensino médio) no Colégio Loyola, em Belo Horizonte (MG).

Em 1961, ingressou no curso de Economia da FACE/UFMG, concluído em 1966. Exerceu a presidência do diretório acadêmico daquela faculdade no período de 1964-1965 e foi um dos principais organizadores dos 27º e 28º congressos da UNE.

Além de sua militância na política estudantil, participou, desde 1963, do movimento camponês no Sul de Minas e das campanhas eleitorais, com o líder operário *Dazinho*. Foi membro da organização Ação Popular (AP) e, posteriormente, da Ação Popular Marxista-Leninista (APML) – em que exerceu diversas funções, como responsável pela Secretaria de Organização, em 1969, e membro do Comitê Político, em 1971.

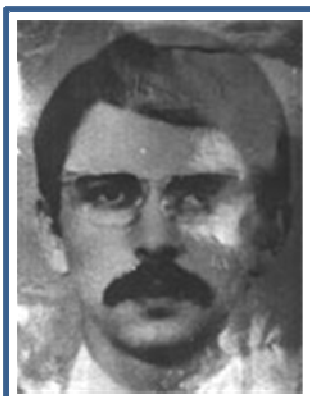
Em 1972, vivendo na clandestinidade, passou a militar no PCdoB, cujo Comitê Central passou a integrar em 1974.

Era casado com Maria Esther Cristelli Drummond e tiveram duas filhas, Rosamaria e Sílvia.

Foi morto, em 16 de dezembro de 1976, aos 34 anos, por agentes do Estado, em episódio conhecido como “Chacina da Lapa” e enterrado pelos familiares em Belo Horizonte, no Cemitério do Parque da Colina,

Em sua homenagem, a cidade de Belo Horizonte deu o seu nome a uma rua no bairro Braúnas.

JOÃO CARLOS CAVALCANTI REIS (1945 – 1972)



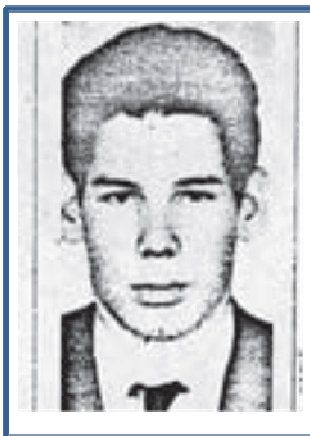
Nascido em 06 de agosto de 1948, em Salvador (BA). Filho de Helena Reis Cavalcanti Reis e João Viveiros

João Carlos Cavalcanti Reis cursava o quinto ano da Faculdade de Engenharia Mackenzie, em São Paulo, quando se vinculou à ALN.

Em decorrência da perseguição política refugiou-se em Cuba ao retornar ao país, na clandestinidade, atuou no Movimento de Libertação Popular - MOLIPO.

Foi morto no bairro de Vila Carrão, na capital paulista, no dia 30 de outubro de 1972, aos 27 anos, por agentes da repressão e enterrado pelos familiares no Cemitério Getsêmani.

JOÃO DOMINGUES DA SILVA (1949 – 1969)



Nasceu Em 02 de abril de 1949, em Sertanópolis (PR). Filho de Eliza Joaquina Maria da Silva e Antônio José da Silva.

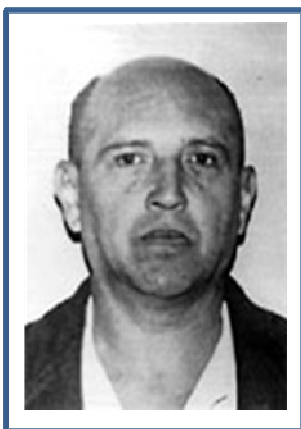
Desde pequeno, ajudava o pai no trabalho com o gado, onde viviam, em Jataizinho, no Paraná. Aos 12 anos, trabalhava no matadouro de Iporã (PR) e, aos 13, em Osasco, num açougue.

De origem proletária, atuou no movimento sindical, juntamente com seu irmão Roque Aparecido da Silva, sendo ambos, líderes da greve realizada em Osasco (SP) pelos trabalhadores metalúrgicos, em julho de 1968, passando a ser constantemente ameaçado de prisão e morte.

Por volta da meia noite do dia 29/07/69 e início da madrugada do dia 30, os militantes da VAR-Palmares João Domingues da Silva e Fernando Borges de Paula Ferreira foram interceptados por policiais civis na Avenida Pacaembu, proximidades do Largo da Banana, em São Paulo.

Preso, torturado e morto por agentes da repressão em 23 de setembro de 1969, aos 20 anos.

JOÃO MASSENA MELO (1919 – 1974)



Nascido em 16 de agosto de 1919, em Água Preta (PE). Filho de Olímpia Melo Maciel e Sebastião Massena Melo.

Operário trabalhou como balconista, tecelão e metalúrgico, residindo no Rio de Janeiro.

Casou-se com Ecila Francisca Massena Melo, com quem teve três filhos, dentre eles Alice Massena Melo.

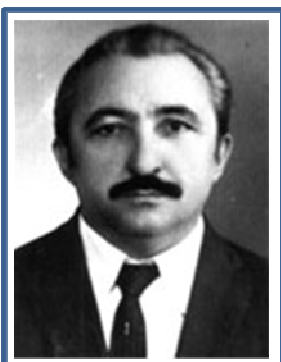
Interessou-se por política ainda na juventude, sendo detido durante o Estado Novo, posteriormente foi eleito vereador no então Distrito Federal em 1947 e deputado estadual pelo então Estado da Guanabara em 1962, pelo Partido Social Trabalhista (PST).

Com o Golpe de 64 teve seu mandato cassado e, vítima de perseguição política, foi preso em diferentes momentos.

Desaparecido, em São Paulo, em 3 de abril de 1974, aos 54 anos, não foi assegurado a seus familiares informações sobre seu paradeiro, encontrando-se até o presente momento sem esclarecimento as circunstâncias de seu desaparecimento.

Seu nome consta no anexo da Lei 9.140/95 e seu caso foi protocolado sob o número 195/96.

JOAQUIM ALENCAR DE SEIXAS (1922 – 1971)



Nascido em 21 de janeiro de 1922, em Bragança (PA), filho de Estolano Pimentel Seixas e Maria Pordeus Alencar Seixas.

Era casado com Fanny Akselrud de Seixas, com quem teve quatro filhos. Operário, iniciou sua militância política aos 19 anos de idade. Trabalhou como mecânico de aviões em diversas empresas, entre as quais Varig, Aerovias e Panair. Perdeu o emprego várias vezes, em razão de sua militância política.

No Rio de Janeiro (RJ), tornou-se militante do PCB, partido a que esteve ligado até 1953. Logo após a queda de Getúlio Vargas, em 1954, já casado com Fanny, mudou-se para o Rio Grande do Sul.

Em 1964, quando ocorreu o golpe de Estado, trabalhava na Petrobrás como encarregado do setor de manutenção e militava no movimento sindical petroleiro, acabou sendo demitido.

Seus nomes passaram a fazer parte de listas, o que não lhes permitia encontrar emprego. No fim de 1964, Seixas e a família retornaram ao Rio Grande do Sul, onde ele trabalhou como marceneiro durante dois anos. Depois, montou postos de gasolina, construindo tanques e tubulações de combustíveis até 1967, quando foi contratado como encarregado do setor de mecânica da Pepsi cola de Porto Alegre (RS).

Sem abandonar sua atuação política, participou do movimento de resistência à ditadura no Rio Grande do Sul.

Após ser demitido da Pepsi cola, não mais conseguiu emprego. Assim, Seixas e sua família mudaram-se novamente para o Rio de Janeiro. Até conseguir nova colocação, trabalhou como motorista de táxi. Seu último emprego foi na Coca-Cola de Niterói (RJ), como chefe do setor de mecânica e manutenção. Mudou-se para a capital paulista em 1970, onde passou a militar no MRT, tornando-se um de seus dirigentes.

Seixas foi preso em São Paulo (SP) junto com seu filho Ivan na Rua Vergueiro, altura do nº 9.000, em 16 de abril de 1971, ambos foram torturados, assim como sua esposa e filhas.

Morto por agentes do Estado, em 17 de abril de 1971, aos 49 anos,

JOAQUIM CÂMARA FERREIRA (1913 1970)



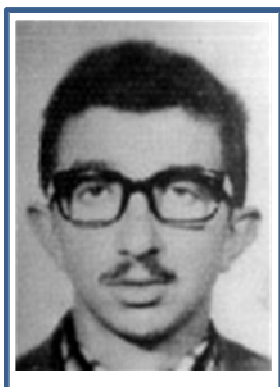
Nascido em 05 de setembro de 1913, em Jaboticabal (SP). Filho de Cleonice Câmara Ferreira e Joaquim Baptista Ferreira Sobrinho.

Ingressou na política ainda na juventude, jornalista, preso em diferentes momentos, em decorrência de perseguição política, foi eleito vereador em Jaboticabal, pelo PCB, em 1946, mas no ano seguinte, com a cassação do registro do Partido teve o mandato cassado.

Com o Golpe militar, passou a atuar de forma clandestina, concentrando seu trabalho no sindicalismo do setor ferroviário. Em decorrência da perseguição política refugiou-se em Cuba, ao retornar ao Brasil atuou, clandestinamente, como liderança da Ação Libertadora Nacional.

Morto por agentes do Estado, aos 57 anos, sob torturas no dia 23 de outubro de 1970.

JOELSON CRISPIM (1948 – 1970)



Nascido em 16 de abril de 1948, no Rio de Janeiro (RJ). Filho de Encarnación Lopes Peres e José Maria Crispim.

Militante da Vanguarda Popular Revolucionária-VPR, teve suas primeiras influências políticas no seio familiar. O pai, ex-sargento do Exército e preso político durante o Estado Novo, integrou a bancada Constituinte do PCB, em 1946. Foi cassado em 1947, junto com toda a bancada do PCB, logo após o término da Constituinte. Sua mãe,

Encarnación, militante da VPR, foi presa e banida do país em 13 de janeiro de 1971. A irmã Denise Peres Crispim, teve como companheiro Eduardo Collen Leite, dirigente da Resistência Democrática - REDE.

Desde criança, revelou algumas características que marcaram sua curta existência. Era calmo, dotado de fino senso de humor e, apesar de tímido, era alegre. Chamava a atenção por sua grande habilidade manual. Muito cedo Joelson começou a trabalhar como operário em fábricas e oficinas de rádios e aparelhos elétricos. Apesar das dificuldades, conseguiu cursar a Escola Técnica Urubatão, em São Paulo (SP).

Morto por agentes do Estado, em 22 de abril de 1970, aos 22 anos foi enterrado como indigente, no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo. Até a presente ata, apesar das inúmeras tentativas, seus familiares não tiveram acesso aos seus restos mortais,

JOSÉ FERREIRA DE ALMEIDA (1911 – 1975)

Nascido em 16 de dezembro de 1911, em Piracaia (SP). Filho de Olympia Ferreira D’Almeida e Joaquim Josino Ferreira.



Casado com Maria Sierra era tenente da reserva da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Foi preso em 07 de julho de 1975, acusado de ser militante do PCB, passou um mês incomunicável, sofrendo torturas físicas e psicológicas, vindo a falecer em 08 de agosto de 1975, aos 63 anos.

O corpo do tenente foi velado no Hospital Cruz Azul da Polícia Militar, sob ostensiva vigilância de agentes de segurança do II Exército.

JOSÉ IDÉSIO BRIANESI (1946 – 1970)



Nascido em 23 de março de 1946, em Londrina (PR). Filho de América Tomioto Brianesi e José Paulino Brianesi.

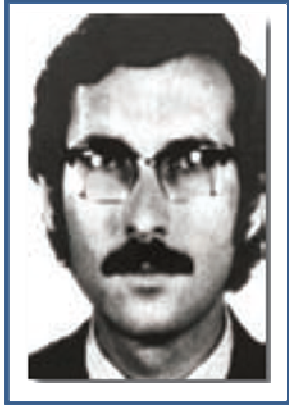
Iniciou suas atividades como ativista estudantil ainda no secundário, participando de atividades estudantis em Jandaia do Sul e Apucarana e do 19º Congresso Paranaense de Estudantes Secundaristas, em Cornélio Procópio, em 1968.

Trabalhou na secretaria do Colégio 7 de Setembro, em Apucarana. Em 1969, integrou-se à ALN de São Paulo.

Morto por agentes do Estado, aos 24 anos, em 13 de abril de 1970 e enterrado, como indigente, no Cemitério da Vila Formosa.

JOSÉ JULIO ARAÚJO (1943 – 1972)

Nascido em 22 de julho de 1943, em Itapecerica (MG). Filho de Maria do Araújo Correa Araújo e José Araújo.



Estudou no Colégio Herculano Paz, em sua terra natal, e posteriormente no Grupo Escolar Cesário Alvim e no Colégio Anchieta, em Belo Horizonte, em virtude da mudança de sua família.

Ainda em tenra idade, aos 14 anos, começou a trabalhar no Banco da Lavoura de Minas Gerais e aos 20 anos, foi trabalhar na Socima, empresa de atacados onde seu pai era um dos sócios.

Suas ações como ativista político iniciou no PCB e na Corrente de Minas Gerais, organização que mais tarde se incorporou à ALN.

Em 1968, em função de perseguições políticas, passou a viver e atuar na clandestinidade, mudando para São Paulo. Também esteve em Cuba, em 1969, e no Chile, em 1971.

Foi preso juntamente com sua companheira, Valdevez Nunes Fonseca, no dia 18 de agosto de 1972, quando aos 29 anos foi morto por agentes da repressão.

José Júlio foi enterrado como indigente no cemitério de Perus, seus restos mortais foram recuperados pelos familiares e após fatos traumáticos foi sepultado, em 06 de dezembro de 1993, no Cemitério Parque da Colina.

JOSÉ MARIA FERREIRA ARAÚJO (19141 – 1970)



Nascido em 06 de junho de 1941, em Fortaleza (CE). Filho de Maria da Conceição Ferreira de Araújo e José Alexandre de Araújo

Ingressou na Marinha em 1959, no Rio de Janeiro, mas em decorrência de perseguição política foi preso e expulso da Armada em dezembro de 1964.

Refugiou-se em Cuba, onde se casou com a paraguaia Soledad Barret Viedma, com quem teve uma filha.

Militante da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR foi preso e morto por agentes da repressão, em 23 de setembro de 1970, aos 29 anos e enterrado no cemitério de Vila Formosa, sob a identidade falsa. Seus restos mortais encontram-se desaparecidos.

JOSÉ MILTON BARBOSA (1939 – 1971)



Afrodescendente, nascido em 22 de outubro de 1939, em Bonito (PE). Filho de Maria das Dores de Paulo.

Militar, formou-se pela Escola de Sargentos da Armada e atuou como sargento radiotelegrafista do Exército, foi cassado após o Golpe de 1964.

Estudou economia na Universidade do Estado da Guanabara, antiga UEG e atual UERJ e trabalhou na SUNAB. Em decorrência da perseguição política não concluiu o curso e passou a atuar na clandestinidade a partir de 1969.

Ativista político militou no PCB, PVBR e MR-8 antes de ingressar na ALN, da qual foi dirigente.

Foi morto por agentes da repressão, aos 32 anos, em 05 de dezembro de 1971, e enterrado como indigentes no Cemitério de Perus.

JOSÉ MONTENEGRO DE LIMA (1943 – 1975)



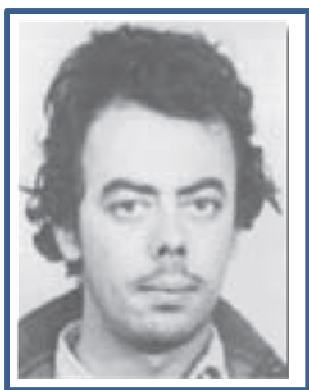
Nascido em 27 de outubro de 1943, em Itapipoca (CE). Filho de Maria dos Santos Montenegro e Francisco Montenegro de Andrade.

Cursou o ensino ginásial na Escola Técnica Federal do Ceará, onde iniciou suas atividades no movimento estudantil vindo a integrar a diretoria da União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais - UNETI.

Em decorrência da perseguição política perpetrada pelos agentes da repressão foi impedido de concluir o curso e passou a atuar na clandestinidade, mudando para o Rio de Janeiro e posteriormente para São Paulo, onde trabalhou como pesquisador de mercado.

Preso em 29 de setembro de 1975, aos 31 anos, há indícios de sua execução pelos agentes da repressão, mas apesar do registro de seu desaparecimento, desde a data citada, houve o reconhecimento, pelo Estado, de responsabilidade em sua morte. Seu nome consta no anexo da Lei 9.140/95.

JOSÉ ROBERTO ARANTES DE ALMEIDA (1943 – 1971)



Nascido em 07 de fevereiro de 1943, em Pirajuí (SP). Filho de Aida Martoni de Almeida e José Arantes de Almeida.

Em 1956, ainda na infância, se mudou para Araraquara (SP), onde seu pai assumiu o posto de professor de Botânica na Faculdade de Farmácia e Odontologia.

Foi escoteiro, tocou piano, praticou natação e polo aquático, colecionando medalhas esportivas. Estudou no IEBA – Instituto de Ensino Bento de Abreu, daquela cidade.

Em 1961, foi aprovado no disputado vestibular para Engenharia no ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Em 1964, em virtude de suas atividades políticas, foi expulso do ITA e levado preso para a Base Aérea do Guarujá. Libertado, retomou os estudos na Faculdade de Filosofia da USP, onde iniciou o curso de Física. Em 1966, foi eleito presidente do Grêmio da Filosofia. Em 1967, tornou-se vice-presidente da UNE.

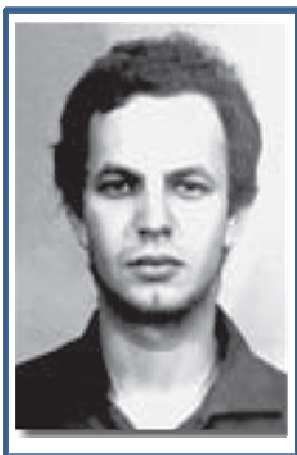
Em 1968, preso na repressão ao 30º Congresso da entidade, em Ibiúna (SP),

Militou no PCB, DISP, MOLIPO e posteriormente na Ação libertadora Nacional – ALN. Esteve em Cuba e ao retornar ao Brasil passou a atuar na clandestinidade.

Morto por agentes do Estado, em 04 de novembro de 1971, aos 28 anos foi enterrado como indigente.

Em 1978, os estudantes da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara decidiram homenagear a memória de Arantes conferindo seu nome ao Diretório Acadêmico daquela unidade da UNESP.

LAURIBERTO JOSÉ REYES (1945 -1972)



Nascido em 02 de março de 1945, em São Carlos (SP). Filho de Rosa Castralho Reyes e José Reyes Daza Júnior.

Estudante Universitário cursou engenharia na Escola Politécnica da USP e residiu no CRUSP.

Participante dos debates relativos às questões culturais, tendo em 1968 polemizado intensamente sobre temas como o tropicalismo e a relação entre militância política e criação artística. Integrou a diretoria da UNE e foi um dos organizadores do 30º Congresso da entidade em Ibiúna, em 1968, onde foi preso, sendo libertado no

dia seguinte para comparecer ao enterro do pai em sua terra natal.

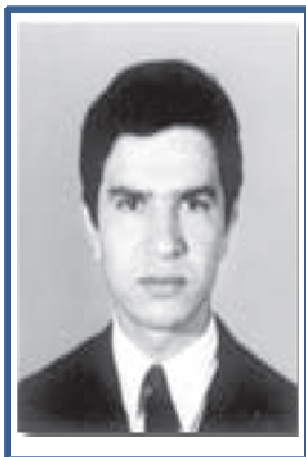
Militou na Dissidência Estudantil do PCB/SP, na Ação Libertadora Nacional – ALN e posteriormente na MOLIPO.

Esteve em Cuba e retornou ao Brasil, em 1971, passando a atuar na clandestinidade.

Lauriberto foi morto por agentes da repressão, aos 26 anos, no dia 29 de fevereiro de 1972.

Em São Carlos, existe hoje uma praça batizada com o nome de Lauriberto, no Parque Santa Marta, onde uma placa traz a inscrição: “*Lauriberto José Reyes. Estudante são-carlense que lutou pela liberdade e democracia no Brasil. A vida por uma causa*”. Mais tarde, a homenagem se repetiu quando a Câmara Municipal daquela cidade aprovou projeto de conferir o nome Lauriberto José Reyes ao Centro da Juventude que seria inaugurado no bairro Cidade Aracy.

LUÍS ALMEIDA ARAÚJO (1943 – 1971)



Nascido em 27 de agosto de 1943, em Anadia (AL). Filho de Maria José Mendes de Almeida Araújo e João Rodrigues de Araújo.

Migrou para São Paulo em 1957, iniciando-se no trabalho, aos 14 anos, como *office-boy* em uma loja de confecções da Clipper, ao mesmo tempo em que cursava a educação básica à noite em escola pública, posteriormente fez o Curso Santa Inês, onde mais tarde, lecionou História.

Ingressou, em 1966, no curso de Ciências Sociais na PUC/SP, momento no qual intensificou a militância, iniciada ainda no Movimento Estudantil, tendo ligações com a Juventude Estudantil Católica-JEC e com a ALN.

Entre 1966 e 1968, ao mesmo tempo em que aprofundava a militância política, engajou-se em atividades artístico-culturais. Fez parte da Escola de Teatro Leopoldo Fróes.

Teve como companheira a atriz Carmem Monteiro Jacomini e Josephina Vargas Hernandes, com a qual teve uma filha, Alina, a qual não chegou a conhecer.

Teve a vida marcada pela perseguição política foi preso e ausentou-se do país em diferentes ocasiões, permanecendo durante um período no Chile e posteriormente para Cuba (1968).

Ao retornar de Cuba (1970) passou a atuar na clandestinidade e a engrossar as fileiras dos grupos de resistência armada à ditadura.

Desaparecido desde 24 de junho de 1971, então com 27 anos, há indícios de sua execução pelos agentes da repressão, mas apesar de registrar-se seu desaparecimento, desde a data citada, houve o reconhecimento, pelo Estado, de responsabilidade em sua morte. Seu nome consta no anexo da Lei 9.140/95.



Nascido em 18 de outubro de 1947, em Santos (SP). Filho de Iracema Rocha Merlino e Zeno Merlino.

Estudou em vários colégios de Santos e participou, enquanto secundarista, do movimento do Centro Popular de Cultura (CPC), da UNE. Com a idade de 17 anos transferiu-se para São Paulo onde fez parte da primeira equipe de jornalistas do recém-fundado "Jornal da Tarde" (1966), da Empresa "O Estado de São Paulo".

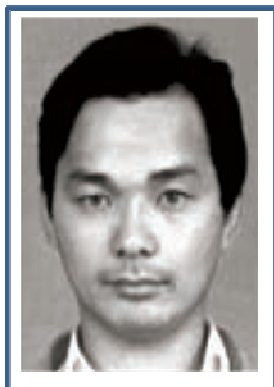
Nesse período escreveu algumas reportagens que tiveram grande repercussão, tais como a que denunciava as atividades do "mau patrão" Abdala, da Fábrica de Cimento Perus, em São Paulo, SP, ("Jornal da Tarde", 24/04/67) e as que descreviam a vida e as atividades dos índios Xavantes em Mato Grosso ("Jornal da Tarde", 12/08/67 e 26/08/67). Continuou a trabalhar como jornalista na "Folha da Tarde" (1968) e depois no "Jornal do Bairro" (1969-1970). Participou ainda ativamente da equipe do jornal "Amanhã", editado pelo Grêmio Estudantil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Estudante de História na Universidade de São Paulo esteve presente nos movimentos de 1968. Em abril desse ano participou da manifestação diante do Tribunal Militar de São Paulo, contra a prisão de jornalistas. Estava presente no XXX Congresso da UNE em Ibiúna, em setembro de 1968, fazendo a cobertura jornalística para a "Folha da Tarde".

Nessa época já havia ingressado no Partido Operário Comunista (POC). Em dezembro desse ano, quando da decretação do Ato Institucional n. 5, liderou a greve de jornalistas da "Folha da Tarde". A partir de 1969, com o endurecimento da ditadura, passou a participar de atividades clandestinas de combate ao regime militar, sem deixar a vida de jornalista.

Na volta de uma viagem à França foi preso na casa de sua mãe, em Santos, no dia 15 de julho de 1971 e morto três dias depois, aos 23 anos, em decorrência de tortura, sendo enterrado por seus familiares no Cemitério de Santos.

LUÍS HIRATA (1944 – 1971)



Nascido em 23 de novembro de 1944, em Guaíçara (SP). Filho de Hisae Hirata e Tadayoshi Hirata.

Filho de imigrantes japoneses e agricultores estudava Agronomia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP, em Piracicaba.

Em decorrência de perseguição política, não finalizou o curso, passando a atuar no movimento sindical metalúrgico, como militante da Ação Popular (AP).

Morto em 20 de dezembro de 1971, aos 27 anos, em decorrência de torturas.

LUÍS JOSÉ DA CUNHA (1943 – 1973)

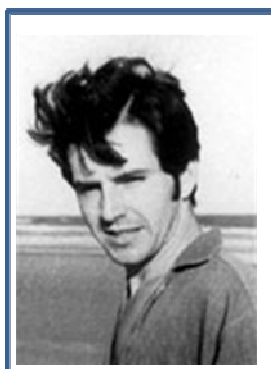


Nascido em 02 de setembro de 1943, em Recife (PE). Filho de Maria Madalena da Cunha e Jose Joviano da Cunha.

Dirigente da Ação Libertadora Nacional – ALN.

Morto por agentes da repressão, aos 29 anos, em 13 de julho de 1973, foi enterrado no Cemitério de Perus, SP como indigente.

LUÍZ EURICO TEJERA LISBÔA (1948 – 1972)



Nascido em 19 de janeiro de 1948, em Porto União (SC). Filho de Célia Tejera Lisbôa e Eurico Siqueira Lisbôa.

Luiz Eurico era o mais velho de sete irmãos. Morou em outras cidades daquele estado: Caçador, Tubarão, Itajaí e Florianópolis.

Em 1957, a família mudou para o Rio Grande do Sul. Em Caxias

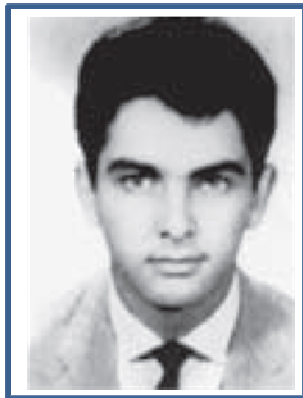
do Sul, estudou no Colégio Santa Terezinha e no Colégio Nossa Senhora do Carmo. Quando ocorreu o Golpe de Estado de 1964, cursava o clássico na Escola Cristóvão de Mendonça, em Caxias.

Em decorrência de perseguição política mudou-se para Porto Alegre, passando a estudar no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, onde iniciou efetivamente a militância na Juventude Estudantil Católica – JEC, chegando a ser uma das lideranças do Movimento Estudantil secundarista gaúcho, atuando na União Gaúcha dos Estudantes Secundários – UGES.

Ativista estudantil atuou no PCB, VAR-Palmares e foi preso, em diversas oportunidades, em decorrência de perseguição política passando a atuar na clandestinidade como quadro da Ação Libertadora Nacional – ALN.

Em 1969 casou-se com Suzana Keniger Lisbôa e viajou a Cuba. Após seu retorno desapareceu em Porto Alegre, aos 24 anos, em setembro de 1972.

LUIZ FOGAÇA BALBONI (1945 – 1969)



Nascido em 25 de maio de 1945, em Itapetinga (SP). Filho de Francisca Áurea Fogaça Balboni e Luiz Balboni.

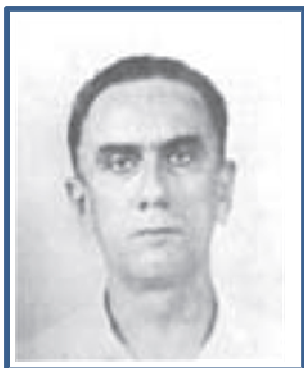
Passou a infância em São Miguel Arcanjo, e depois de estudar em Itapetinga (SP), mudou-se para São Paulo e cursou até o 3º. ano da Escola Politécnica da USP, trabalhava como professor e desenhista da Empresa Geotécnica.

Militou na Ala Vermelha até março de 1969, quando passou a militar na Ação Libertadora Nacional.

Foi morto por agentes do Estado aos 24 anos, em 25 de setembro de 1969 e enterrado no cemitério de São Miguel Arcanjo.

Em sua homenagem seus familiares implantaram com o dinheiro da indenização uma área de preservação ambiental denominada “Parque Zito”, seu apelido familiar.

LUIZ IGNÁCIO MARANHÃO FILHO (1921 – 1974)



Nascido em 25 de janeiro de 1921, em Natal (RN). Filho de Maria Salomé de Carvalho Maranhão e Luiz Ignácio.

Filho de advogado estudou no Atheneu Northeriograndense, escola em que mais tarde seria professor, lecionando também na Fundação José Augusto e na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Seu irmão, Djalma Maranhão, era prefeito de Natal quando da deposição de João Goulart, liderando nessa cidade uma gestão municipal inteiramente engajada na mobilização pelas reformas de base, em sintonia com as propostas de Paulo Freire, através de um programa de alfabetização que teve repercussão nacional: *“De pé no chão também se aprende a ler”*.

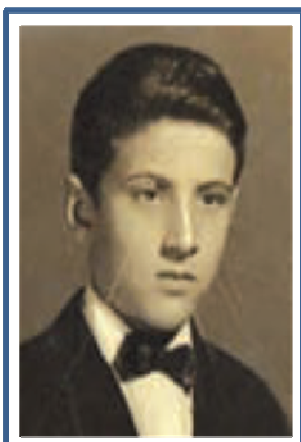
Jornalista colaborou com diversas publicações do Rio Grande do Norte, particularmente com o Diário de Natal. Escreveu vários artigos para a Revista Civilização Brasileiros, foi eleito deputado estadual pelo Partido Trabalhista Nacional-PTN, tendo seu mandato cassado pelo primeiro Ato Institucional, em abril de 1964.

Militante do Partido Comunista, desde 1945, tornou-se um de seus principais dirigentes, tendo no início de 1964, visitado Cuba, juntamente com Francisco Julião, o líder das Ligas Camponesas. Com o Golpe de Estado de abril, foi preso e levado para a ilha de Fernando de Noronha, junto com o governador de Pernambuco Miguel Arraes e seu irmão prefeito, todos cassados.

Em decorrência da perseguição política passou a atuar na clandestinidade e mudou-se para o Rio de Janeiro

Preso juntamente com João Massena Melo e Walter de Souza Ribeiro, em 03 de abril de 1974, aos 54 anos encontra-se desaparecido, constando seu nome da lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95.

MANOEL FIEL FILHO (1927 – 1976)



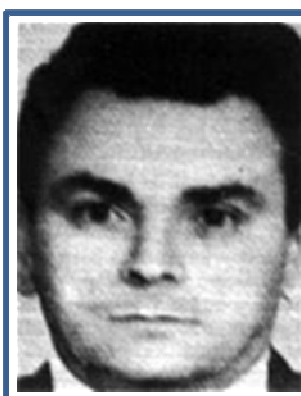
Nasceu em 07 de janeiro de 1927, em Quebrangulo (AL). Filho de Margarida Maria Lima e Manoel Fiel Lima.

Migrou para São Paulo e vivia na capital paulista desde os anos 50. Tinha trabalhado como padeiro e cobrador de ônibus antes de se tornar operário metalúrgico, trabalhando como prensista na Metal Arte, no bairro da Mooca, durante 19 anos.

Era casado com Thereza de Lourdes Martins Fiel, com quem teve duas filhas, e morava num sobrado na Vila Guarani.

Foi preso, ilegalmente, na fábrica na qual trabalhava e morreu em decorrência de tortura impetrada por agentes do Estado, aos 48 anos, sendo foi enterrado, por familiares, no cemitério da Quarta Parada.

MANUEL JOSÉ MENDES NUNES DE ABREU (1949 – 1971)



Nascido em 01 de janeiro de 1949, em Rossio (Portugal). Filho de Dulce Souza Mendes de Abreu e José Pereira de Abreu.

Manuel José, nascido em Portugal, foi estudante do curso de Engenharia na Escola Politécnica da USP, onde despertou para atividades do Movimento Estudantil e rapidamente passou à militância política clandestina.

Interceptado e morto pelos órgãos de segurança em 23 de setembro de 1971, aos 22 anos, juntamente com Antonio Sérgio de Matos e Eduardo Antônio da Fonseca, no bairro da Mooca.

MANOEL LISBOA DE MOURA (1944 – 1973)

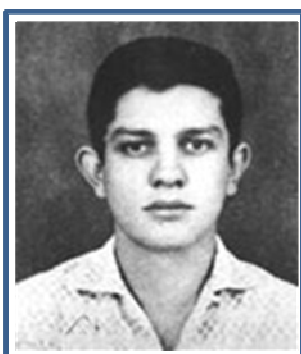


Nascido em 21 de fevereiro de 1944, em Maceió (AL). Filho de Iracilda Lisboa de Moura e Augusto de Moura Castro.

Desde seus tempos de escola secundária em Maceió, demonstrou interesse pelos problemas sociais, engajando-se no Movimento Estudantil alagoano. Como secundarista, participou do Conselho Estudantil do Colégio e tornou-se membro do Partido Comunista Revolucionário – PCR, dissidência do PCdoB.

Morto por agentes do Estado em 04 de setembro de 1973, aos 29 anos, juntamente com Emmanuel Bezerra, foi enterrado como indigente em caixão lacrado.

MARCO ANTÔNIO BRÁS DE CARVALHO (1940 – 1969)

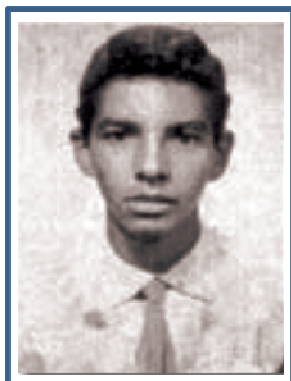


Nascido em 05 de janeiro de 1940, em Angra dos Reis (RJ). Filho de Anna Braz de Carvalho e José de Carvalho Filho.

Desenhista mecânico, conhecido como Marquito, atuou como militante na Ação Libertadora Nacional – ALN.

Preso e morto por agentes do Estado, aos 29 anos, no dia 28 de janeiro de 1969, na sua residência em São Paulo.

MARCOS NONATO DA FONSECA (1953 – 1972)



Nascido em 01 de junho de 1953, no Rio de Janeiro (RJ). Filho de Leda Nonato Fonseca e Octávio Fonseca Filho.

Estudante secundarista do Colégio Pedro II, em Humaitá no Rio de Janeiro, onde começou sua militância política. De origem humilde e afrodescendente, cuidava dos irmãos menores enquanto seus pais trabalhavam: ela, como manicure, ele, como cozinheiro. Morava numa casa muito simples em São Conrado. Nutria admiração especial pela vida e atitudes de Dom Helder Câmara em

favor dos necessitados.

No final de 1969, com 16 anos, já atuava clandestinamente, militando na ALN. Durante alguns meses, atuou no regional de Minas Gerais, sendo posteriormente transferido para o Rio de Janeiro e São Paulo.

Morto por agentes do Estado, aos 19 anos, juntamente com Ana Maria Nacinovic Correa e Iuri Xavier Pereira, em 14 de junho de 1972, foi enterrado, por seus familiares, no Cemitério São João Batista (RJ).

MIGUEL SABAT NUET (1923 – 1973)



Catalão, nascido em dois de março de 1923 em Barcelona, na Espanha. Casado, teve três filhos, Maria Del Carmen, Miguel e Lorenzo.

Estudioso, gostava de fazer anotações e tinha ideias libertárias. Possivelmente não militava em organizações e por isso não o consideraram subversivo.

Residente na Venezuela, seu voo fazia conexão no Brasil quando foi preso por militares e morto, sob tortura, impetradas por agentes do Estado, em 30 de outubro de 1973, no DOPS paulista, aos 50 anos.

Foi enterrado como indigente, ficando sua família sem notícias durante cerca de 40 anos, até que em 2008, exumaram seu corpo em um cemitério de São Paulo e conseguiram identificá-lo.

Os filhos receberam os restos mortais junto ao processo durante o encontro na Faculdade de Direito da USP no dia 12 de dezembro de 2011.

A família levou para Espanha os restos mortais do pai, para ser feita uma missa de corpo presente.

NEIDE ALVES DOS SANTOS (1944 – 1976)



Nascida em 12 de setembro de 1944, no Rio de Janeiro (RJ). Filha de Nair Alves dos Santos e Alexandre Alves dos Santos.

Militante do PCB foi presa em 6 de fevereiro de 1975, sofrendo tortura e humilhação. Após ser solta, procurou seus familiares. Tinha sinais de tortura por todo o corpo. Foi internada em um hospital e depois voltou a trabalhar em São Paulo, quando teria sido

novamente presa.

O último contato mantido com os familiares foi no Natal de 1975, sendo sua morte confirmada em 8 de janeiro de 1976, aos 31 anos.

A família de Neide conviveu 21 longos anos com a versão policial de que ela se suicidara ao atear fogo ao corpo, a qual não se confirma. Ela deixou uma filha, na época, com 14 anos de idade.

PAULO GUERRA TAVARES (1937 – 1972)



Nascido em 22 de agosto de 1937, em Sapucaia (RJ). Filho de Maria Del Pino Guerra e Antonio Tavares Dias.

Militar, 3º sargento paraquedista do Exército era casado com Sueli Madeira Guerra Tavares e tinha três filhos. Em 1963, foi transferido do Rio de Janeiro para João Pessoa. Em julho de 1964,

temendo a prisão, abandonou o Exército, sendo excluído por deserção. Viajou para o Uruguai, onde se asilou, tendo a família viajado ao seu encontro poucos meses depois.

Militante da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, em 1965, retornou ao Brasil e em decorrência da perseguição política passou a atuar clandestinamente em diferentes cidades do Paraná.

Morto por agentes da repressão em 29 de maio de 1972, aos 34 anos, foi enterrado com nome falso no Cemitério São Pedro.

PAULO STUART WRIGHT (1933 – 1973)



Nascido em 02 de julho de 1933, em Joaçaba (SC). Filho de Maggie Belle Wright e Lothan Ephrain Wright.

Filho de missionários presbiterianos norte-americanos, Paulo Stuart Wright sempre se preocupou com as condições de trabalho dos operários. Essa preocupação o levou a trabalhar na construção civil em Los Angeles (EUA), nas férias dos seus estudos de pós-graduação em sociologia. Nos Estados Unidos também fundou um grupo contrário à discriminação racial.

De volta ao Brasil e casado com Edimar Rickli, o casal se engajou num projeto da Igreja Presbiteriana nas fábricas paulistas. Ele aprendeu o ofício de torneiro-mecânico e atuou no bairro operário de Vila Anastácio (SP). Foi golpeado pela morte do seu primeiro filho num hospital do antigo IAPC, quando a criança faleceu por falta de assistência adequada. Jurou que lutaria para que isso não se repetisse na vida de outros operários. De volta ao seu estado natal, Santa Catarina, ajudou a criar os primeiros sindicatos de Joaçaba, inclusive o dos metalúrgicos. Assumiu uma Secretaria municipal e foi o primeiro candidato protestante à Prefeitura da cidade, em 1960.

Ainda nesse mesmo ano, tornou-se secretário regional da União Cristã dos Estudantes do Brasil e dirigiu a Imprensa Oficial de Santa Catarina. Em 1962, foi eleito deputado estadual pelo PSP.

Denunciou o controle de grupos oligárquicos de Santa Catarina sobre a pesca e organizou 27 cooperativas de pescadores em todo o litoral daquele estado, reunindo-as, em seguida, numa Federação – a Fecopesca – para colocar o controle da pesca nas mãos dos pescadores.

Na véspera do Natal de 1963, sofreu um atentado e com o Golpe Militar a Assembleia Legislativa catarinense cassou seu mandato político.

Asilou-se no México, de onde voltou, clandestinamente, um ano depois. Começou então a sua militância clandestina como dirigente da Ação Popular – AP, tendo sido o representante oficial dessa organização na reunião da OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade, realizada em Havana em agosto de 1967.

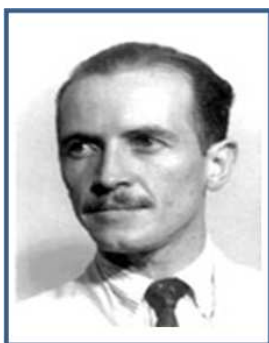
Em decorrência da perseguição política, foi submetido a vários processos na Justiça Militar, recebendo algumas condenações.

Nos primeiros dias de setembro de 1973, foi interceptado por agentes da repressão e levado ao DOI-CODI/SP, onde foi morto sob tortura, aos 40 anos.

Apesar de todos os esforços empreendidos pelos familiares, sua prisão nunca foi confirmada e seu corpo até hoje não foi encontrado.

Esse seu irmão, Jaime Wright, pastor presbiteriano, tornou-se um grande símbolo da luta pelos Direitos Humanos no Brasil, sendo em outubro de 1975, um dos co-celebrantes do culto ecumênico realizado na Catedral da Sé em protesto contra a morte sob torturas de Vladimir Herzog, e também um dos responsáveis pelo projeto *Brasil: Nunca Mais*, que propiciou profundo inventário das torturas e dos assassinatos perpetrados pelo regime militar.

PEDRO VENTURO FELIPE DE ARAÚJO POMAR (1913 – 1976)



Nasceu em 23 de setembro de 1913, em Óbidos (PA), filho de Felipe Cossio Pomar e Rosa de Araújo Pomar. Na infância, viveu em Nova York, em decorrência das atividades de seu pai. Após a separação dos mesmos retornou a sua cidade natal, de onde mudou para Belém (PA), para realizar o curso ginásial, momento no qual iniciou sua participação política e a sua introdução na literatura comunista, tornando-se um ativista estudantil.

Participou de movimentos políticos do Pará, mas em decorrência de perseguição, no início dos anos 30, residiu no Rio de Janeiro, voltando ao Pará, em 1933.

Na capital paraense cursou a faculdade de medicina e, em 1835 casou-se com Catharina Patrocínia Torres, com quem teve quatro filhos, Wladimir, Eduardo, Joran e Carlos.

Preso em diferentes oportunidades em decorrência de perseguição política, abandonou o curso de Medicina, tornando-se militante profissional do PCB e, juntamente com sua família mudou-se novamente para o Rio de Janeiro.

Foi um dos dirigentes eleitos na Conferência Nacional do PCB, quando passou a atuar junto ao movimento operário, lidando com os problemas do cotidiano das fábricas, dos bairros populares e do movimento sindical em São Paulo.

Morto em 16 de dezembro de 1976.

Com o fim da ditadura do Estado Novo, a promulgação da Anistia política e o breve período de legalização do PCB, Pomar teve como tarefa partidária atuar no Rio de Janeiro, na área da formação política mediante a realização de cursos, debates e da edição de publicações e jornais diários.

Pomar foi eleito, em janeiro de 1947, no pleito complementar para a Câmara Federal, pela legenda do PSP (Partido Social Progressista), com outros militantes do PCB. Em 7 de maio de 1947, o PCB teve seu registro cassado pelo governo de Dutra.

Na condição de parlamentar, teve atuação de extrema importância: usava a tribuna para denunciar as arbitrariedades da violenta repressão política que se abatia sobre os comunistas; além disso, prestava solidariedade aos presos e facilitava o encaminhamento de companheiros para a clandestinidade.

Chefiou a delegação brasileira ao Congresso Mundial da Paz, no México, em setembro de 1949, onde se encontrou com seu pai, que então vivia naquele país.

Finalizou o mandato parlamentar em 1950. Os comunistas foram proibidos de se candidatar sob quaisquer legendas partidárias. Assim, Pomar viu-se obrigado a viver novamente na clandestinidade, sendo deslocado do secretariado nacional e enviado ao Rio Grande do Sul, onde atuou, com o codinome de *Ângelo*, nas lutas operárias e populares contra a carestia de 1951 e 1952. No Rio Grande do Sul, nasceu seu quarto filho, Carlos. Foi indicado para participar de um comitê especial organizado em São Paulo, com a finalidade de dirigir o

processo de lutas grevistas e contra a carestia. No fim de 1953, voltou a morar no Rio de Janeiro, com sua família. Logo depois foi à União Soviética, onde estudou por dois anos, só voltando para o Brasil em 1955.

Retornou para São Paulo, incorporando-se ao Comitê Regional Piratininga, responsável pela organização do partido na Grande São Paulo. Em 1956, integrou a delegação brasileira do PCB ao VIII Congresso do PC chinês. Em 1959, participou do Congresso do PC Romeno e assistiu ao choque entre Krushev, o PC chinês e o Partido do Trabalho da Albânia.

De 1957 a 1962, participou ativamente da luta interna no PCB e em decorrência de discordâncias passou a fazer traduções e a dar aulas. Traduziu alguns livros de economia, uma série de livros de psiquiatria e de outros ramos científicos, tanto do inglês e do francês, como do russo. Traduziu também os dois primeiros volumes de *Ascensão e Queda do III Reich*, de W. Schirer, e *De Moncada à ONU*, de Fidel Castro. Deu aulas de russo. Em razão de sua militância na clandestinidade, a maioria dessas traduções era feita em nome de outras pessoas.

O desfecho das divergências caminhava para a sua expulsão e a criação, em fevereiro de 1962, do PCdoB, com Maurício Grabois, João Amazonas, Kalil Chade, Lincoln Oest, Carlos Danielli e Ângelo Arroyo. Eleito membro do Comitê Central do PCdoB e redator chefe de *A Classe Operária*, Pomar dedicou-se a organizar o novo partido.

Com o golpe de 1964, passou a clandestinidade, vindo a ser morto, por agentes da repressão em 1976, aos 62 anos. Pomar foi enterrado com nome falso no Cemitério de Perus e, em 1980, sua família fez o traslado de seus restos mortais para Belém do Pará.

RAIMUNDO EDUARDO DA SILVA (1948 – 1971)



Nascido em 23 de março de 1948, em Formigas (SP). Filho de Maria Francisca de Jesus e Pedro Eduardo.

Afrodescendente, estudante e operário estudou no Colégio Visconde de Mauá, em sua cidade natal e atuou junto ao grupo

de jovens da Igreja Católica, como militante de Ação Popular – AP.

Foi o mais jovem presidente da Sociedade Amigos do Bairro do Jardim Zaíra. De 1967 a 1970, trabalhou nas empresas Fertilizantes Capuava, Laminação Nacional de Metais e Ibrape.

Raimundo Eduardo estava internado, em recuperação, em uma casa de saúde, quando em 22 de dezembro de 1970, foi sequestrado por agentes dos órgãos de segurança e morto, em 05 de janeiro de 1971, aos 22 anos.

RUI OSVALDO AGUIAR PFUTZENREUTER (1942 – 1972)



Nascido em 03 de novembro de 1942, em Orleans (SC). Filho de Leonia Aguiar Pfutzenreuter e Osvaldo Pfutzenreuter.

Cursou o primário no Grupo Escolar Costa Carneiro, em Orleans e o secundário no Colégio São Ludgero e Colégio Dehon, em Tubarão.

Em 1964, graduou-se em Jornalismo e Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Jovem engajado nas lutas de sua época teve atuação em jornais clandestinos, grupos de estudos e disseminação de ideias contrárias à ditadura, tornando-se conhecido intelectualmente pela defesa das ideias trotskistasposadistas.

Preso pelo Exército em 1964, em Porto Alegre. Mudou-se para São Paulo com o objetivo de organizar o Partido Operário Revolucionário-PORT, do qual foi um dos principais dirigentes. Trabalhou em diversas empresas metalúrgicas, dentre elas a MWM e Chiarioni.

Morto por agentes da repressão, em 15 de abril de 1972, aos 29 anos foi enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus e, com os esforços de seu pai, acabou tendo os restos mortais trasladados para o jazigo da família, em Santa Catarina.

Em sua homenagem a Câmara dos vereadores de Orleans votou a lei que deu o nome do jornalista a uma praça. Na mesma época, os formandos da primeira turma de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina o escolheram como patrono.

SANTOS DIAS DA SILVA (1942 – 1979)



Nascido em 22 de fevereiro de 1942, em Terra Roxa (SP). Filho de Laura Amâncio e Jesus Dias da Silva.

Com origem no campo, trabalhou como lavrador, colono, diarista e boia-fria no interior de São Paulo.

Atuante na defesa dos direitos dos trabalhadores foi expulso, em 1961, juntamente com sua família da fazenda onde morava, por exigir direitos trabalhistas assegurados pela legislação.

Em decorrência da migração para zona urbana passou a trabalhar em indústrias metalúrgicas, atuando como motorista de empilhadeira na Metal Leve S/A,

Como operário fabril, experimentou várias vezes a demissão como represália por sua participação em reivindicações salariais.

Casado, com Ana Maria e pai de dois filhos, teve sua atuação como liderança operária reconhecida no meio dos trabalhadores e do movimento sindical, participou intensamente do Movimento Contra a Carestia, foi candidato à vice-presidente de uma chapa de oposição à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 1978. Participou também do Comitê Brasileiro pela Anistia em São Paulo.

Morto aos 37 anos, em ação sindical, por agentes da repressão, em 30 de outubro de 1979, em frente à fábrica Silvânia, no bairro de Santo Amaro, zona sul da capital paulista.

Sua morte causou grande comoção pública, gerando manifestações populares de grande vulto e pronunciamentos em defesa dos Direitos Humanos.

Em sua homenagem, é celebrada anualmente uma missa na região e são organizados encontros, caminhadas e concentrações de militantes populares e Comunidades Eclesiais de Base, incluindo visitas ao seu túmulo e ao próprio local onde tombou assassinado. Em São Paulo, um dos principais organismos de defesa dos Direitos Humanos tem o nome Centro Santos Dias de Direitos Humanos.

SÉRGIO ROBERTO CORRÊA (1941 – 1969)



Nascido em 27 de julho de 1941, em Mogi das Cruzes (SP). Filho de Helena e Benedito.

Viveu sua infância em sua cidade natal tendo dois irmãos, Tom e José, onde cursou a educação primária e ginásial, no Instituto de Educação Dr. Washington Luís.

Em 1966 ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, tendo atuação junto à Ação Libertadora Nacional – ALN.

Morto em 04 de setembro de 1969, aos 28 anos, segundo versão oficial teve o corpo completamente destroçado em acidente com transporte de explosivos e foi enterrado como indigente no Cemitério da Vila Formosa, em São Paulo.

VIRGÍLIO GOMES DA SILVA (1933 – 1969)



Nascido em 15 de agosto de 1933, em Santa Cruz (RN). Filho de Izabel Gomes da Silva e Sebastião Gomes da Silva.

Virgílio Gomes da Silva era de origem proletária, migrou para São Paulo, em busca de mais oportunidades, trabalhando como garçom, balconista, mensageiro e segurança de empresa, por fim, em iniciou negócio com um bar, vendendo-o pouco depois.

Casado com Ida teve quatro filhos.

Em 1957, passou a trabalhar como operário da empresa Nitroquímica. No mesmo ano ingressou no PCB e passou a atuar no movimento sindical, mais precisamente no Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de São Paulo. No período posterior ao Golpe passou a atuar nas frentes da Dissidência do PCB e, posteriormente na Ação Libertadora Nacional – ALN. Como dirigente sindical liderou greves importantes da categoria, numa delas, ao tentar paralisar a empresa Lutfalla, ele e um operário foram gravemente feridos por disparos efetuados por um dirigente da empresa.

Com o Golpe de 64, foi preso por 15 dias e em decorrência da perseguição política viajou para o Uruguai e em 1967, refugiou-se em Cuba.

Em 1969, já no Brasil atuava na clandestinidade e participou de atividades em guerrilha urbana.

Em 29 de setembro de 1969, aos 35 anos, foi preso, torturado e morto por agentes do Estado.

WALTER DE SOUZA RIBEIRO (1924 – 1974)



Nascido em 24 de setembro de 1924, em Teófilo Otoni (MG). Filho de Maria Natalícia Alves Ribeiro e Benedito Ribeiro.

Casou-se com Adalcy Byrro Ribeiro, com quem teve três filhos: Marcos, Marina e Marcelo.

Ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras (RJ), tornando-se oficial de artilharia do Exército, em decorrência de seu posicionamento político foi reformado reformado em 28 de janeiro de 1950.

Em 1959, mudou-se para Brasília (DF), ainda em construção, onde trabalhou como funcionário da Novacap até 1964. Foi demitido por força do A-1.

Era membro do Comitê Central do PCB e em decorrência de perseguição política atuava na clandestinidade.

Desaparecido em 03 de abril de 1974, aos 49 anos. Há indícios de que foi preso por agentes da repressão.

As circunstâncias do desaparecimento, apesar da busca e intervenções dos familiares junto ao governo brasileiro, não foram esclarecidas oficialmente, permanecendo a incerteza e circunstâncias da morte até o presente.

WILSON SILVA (1942 – 1974)



Nascido em 21 de abril de 1942, em Taubaté (SP). Filho de Lygia Villaça da Silva e João Silva.

Em 1961, aos 19 anos, saiu de Taubaté (SP) para estudar em São Paulo, já trazendo consigo o interesse pela política, que nasceu em seus tempos de Escola Estadual Monteiro Lobato.

Cursou a Faculdade de Física da Universidade de São Paulo, fez especialização em processamento de dados e trabalhou na empresa Servix.

Militante no segmento operário atuou na Polop entre 1967 e 1969, ligou-se à ALN a partir desse ano.

Vitima de perseguição política impetrada pelo Estado foi sequestrado, por agentes da repressão, em 22 de abril de 1974, aos 32 anos, juntamente com sua esposa Ana Rosa Kucinski Silva.

VLADIMIR HERZOG (1937 – 1975)



Nascido em 27 de maio de 1937, em Osijek (Croácia). Filho de Zora Herzog e Zigmund Herzog

Vladimir Herzog chegou ao Brasil aos nove anos de idade. Brasileiro naturalizado começou a carreira de jornalista em 1959 no jornal *O Estado de São Paulo*, onde foi repórter, redator e finalmente chefe de reportagem.

Em 1965, se estabeleceu em Londres durante dois anos, onde trabalhou como produtor e locutor da BBC. De volta ao Brasil trabalhou durante cinco anos como editor cultural da revista *Visão*.

Em 1971, elaborou uma extensa reportagem de capa para a revista sobre os problemas das TVs educativas no Brasil. Em 1973, passou a trabalhar como secretário do jornal *Hora da Notícia* na *TV Cultura* e, em seguida, assumiu o cargo de diretor do departamento de telejornalismo. Nessa função, começou a colocar em prática seu conceito de “*responsabilidade social do jornalismo*”. Defendia que a *TV Cultura* deveria produzir um jornalismo profissional, que não fosse servil o Estado e que, mais do que educativo ou cultural, fosse público.

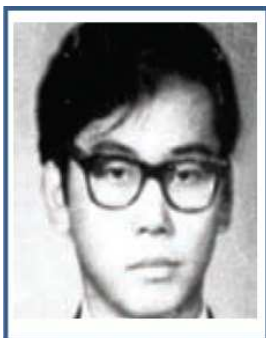
Também atuou como professor universitário e escritor de peça teatral.

Perseguido pela repressão por ser suspeito de integrar o PCB, foi convocado e compareceu voluntariamente ao DOI-CODI/SP, na Rua Tutóia, bairro do Paraíso, no dia 25 de outubro de 1975.

Foi morto sob tutela do estado, nessa mesma data, aos 38 anos, em decorrência de ações de tortura, sendo enterrado no Cemitério Israelita de São Paulo.

Em 1979, em homenagem a Vlado — como era conhecido pelos seus colegas, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo criou o *Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos*.

YOSHITAME FUJIMORE (1944 – 1970)



Nascido em 19 de maio de 1944, em Mirandópolis (SP). Filho de Harue Fujimore e Tadakazu Fujimore.

Técnico em eletrônica atuou como militante da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, foi preso juntamente com Edson Neves Quaresma na capital paulista, tendo sido morto sob guarda do Estado, por agentes da repressão, em 05 de dezembro de 1970, aos 26 anos.

ANÁLISE PROVISÓRIA DOS DADOS

“Essa noite em São Paulo um anjo vai morrer
Por mim, por você, por ter coragem em dizer...”

Mil Faces de Um Homem Leal (Marighella)

Racionais Mc's

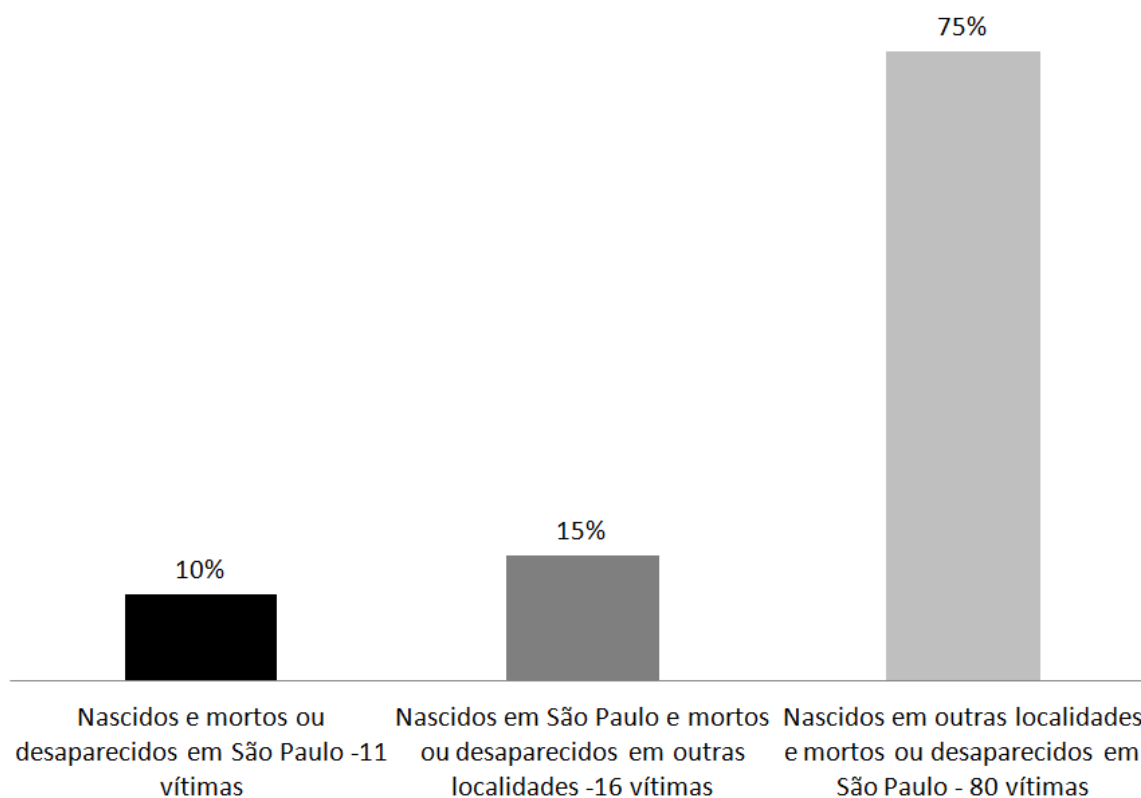
Atentos à dimensão ética e política da memória se verifica a necessidade de ações contrárias às tentativas de apagamento da história, ainda mais no Brasil, onde comparativamente aos demais países do cone sul, foi mais moroso e conservador o processo de “descortinamento” do período ditatorial.

Essa compreensão impulsionou o presente estudo a articular informações disponíveis em fontes secundárias, em sua maioria estruturadas a partir da correlação entre testemunhos e fontes oficiais, com finalidades jurídicas ou pessoais. De todo modo, como apontado por Coimbra (2012), ao tratarmos da temática memória e verdade os testemunhos são relevantes fontes que “falam em nome de”, ou seja, sobreviventes e estudiosos que se debruçam sobre a realidade e expõe suas memórias e interpretações.

Dessa maneira, buscamos compilar dados biográficos obtidos em fontes secundárias de reconhecida importância pública, com vistas a subsidiar e colaborar para a desconstrução do esquecimento impetrado pelo Estado e também pela sociedade no que tange a violação dos Direitos Humanos no período da Ditadura Civil Militar Brasileira (1964-1985).

A definição dos casos estudados se firmou como sendo aqueles relacionados ao território do município de São Paulo, sendo ao todo identificados 107 casos, o que corresponde a cerca de 20% do total de casos identificados pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos da Presidência da República, os quais foram organizados em: **a) nascidos e mortos ou desaparecidos no município de São Paulo; b) nascidos no município de São Paulo e mortos ou desaparecidos em outras localidades; c) nascidos em outras localidades e mortos ou desaparecidos no município de São Paulo.**

Gráfico I - Percentual de nascidos, mortos ou desaparecidos no município de São Paulo.



Tal categorização possibilitou o detalhamento dos dados biográficos referentes aos casos estudados, por exemplo, a identificação das escolas nas quais as vítimas estudaram, os sítios de memórias onde se deram a prisão ou morte dos mesmos, ou ainda as homenagens póstumas efetivadas por meio da nomeação de praças e logradouros públicos.

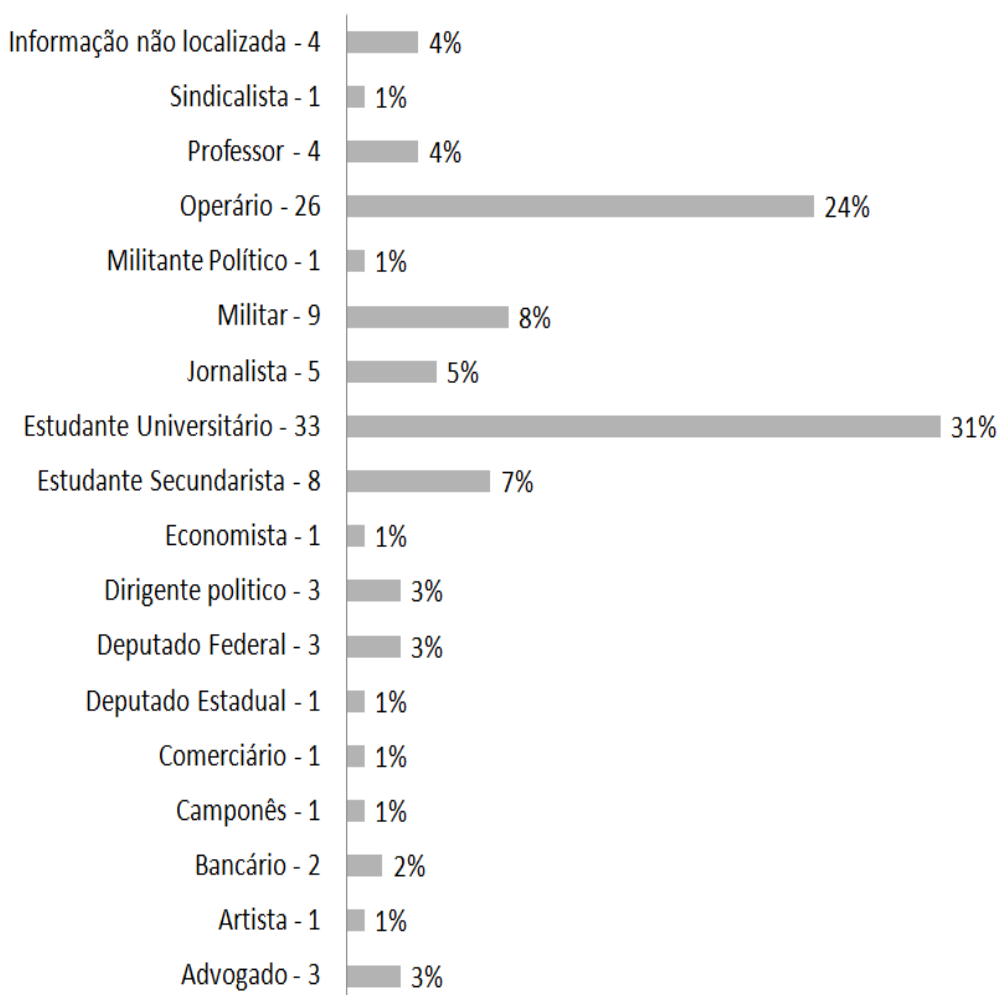
O conjunto de informações citadas passará a integrar a base de dados sobre Mortos e Desaparecidos do Município de São Paulo, a qual servirá ao poder público para efetivação de políticas de Memória e Verdade.

Outro recorte empreendido no conjunto dos dados foi à identificação do número de mulheres vitimadas em São Paulo, totalizando 10 ocorrências, ou seja, cerca 10% dos casos, o que demonstra por um lado a participação das mulheres na luta empreendida contra a ditadura, em um momento histórico no qual as mesmas demonstraram força de oposição ao sistema autoritário em vigor e a importância de suas ações na conquista do espaço público

pela mulher, embora em número reduzido em relação aos homens, também reflexo do espaço que a mulher ocupava no Brasil de 1964.

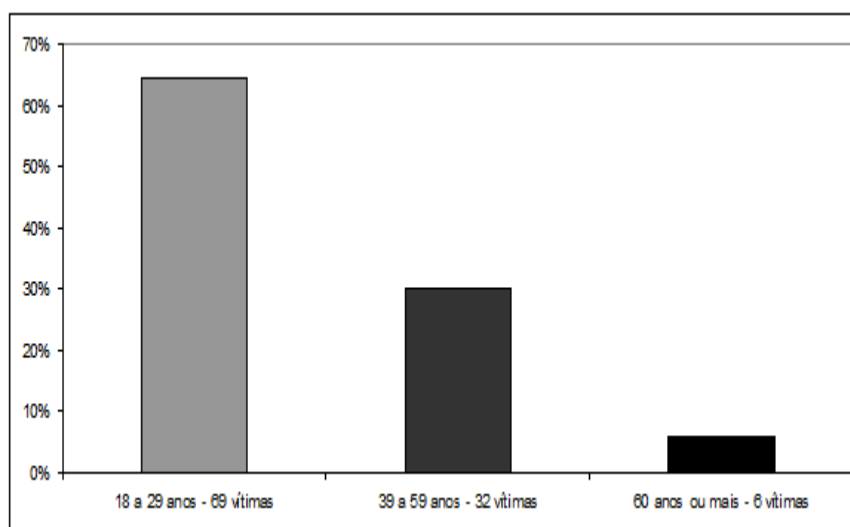
As informações coletadas também possibilitaram apontar as atividades *ante mortem* a que as vítimas se dedicavam. No que tange ao campo de trabalho pode ser identificado que cerca de 40% constituía-se de estudantes secundaristas ou universitários, demonstrando o relevante papel do movimento estudantil na resistência à ditadura, as demais vítimas desempenhavam funções variadas, muitas vinculadas à situação de clandestinidade a que estavam obrigadas a permanecer em função da constante perseguição política.

Gráfico II - Atividades *ante mortem* das vítimas



Outro dado considerado por sua relevância diz respeito à faixa etária das vítimas. Quando tomado como referência o recorte geracional, constata-se que cerca de 64% das vítimas eram jovens entre 18 e 29 anos, 30% adultos entre 30 e 59 anos e 6% pessoas com 60 anos ou mais.

Gráfico III– Recorte etário das vítimas no município de São Paulo

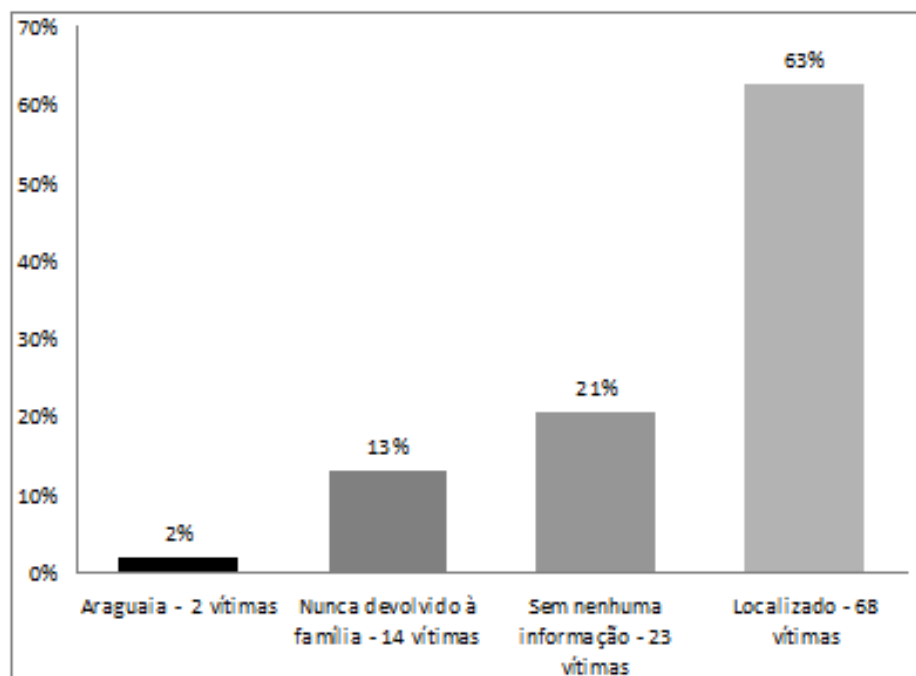


Tal dado revela a vulnerabilidade à que os jovens estavam expostos frente as ações de desrespeito aos direitos humanos impetrados pelo Estado no período ditatorial, bem como sinaliza a importância das políticas de juventude dialogarem com o passado autoritário do país para colaborar com a ruptura da cultura de “culpabilização” da juventude, persistente na atualidade.

Por último, apresentamos o recorte dos dados referentes ao número de desaparecidos no município, o qual com base no trabalho coordenado por Sacchetta (Brasil, 2010) e no critério definido pelo Convenção da ONU⁹ será categorizado em: a) desaparecidos no Araguaia; b) corpos nunca devolvidos à família; c) desaparecidos sem nenhuma informação e d) corpos localizados.

⁹ Desaparecido é aquela pessoa para a qual permanece a ocultação do destino ou paradeiro, ou seja, quando não se divulgou ou se identificou os restos mortais, ou não se encontrou a pessoa viva. (Brasil, 2010, p.179)

Gráfico IV– Número de desaparecidos no município de São Paulo



Os resultados por hora apresentados são parciais e provisórios, pois são parte de uma pesquisa em curso e, principalmente, componente investigativo de ruínas históricas marcadas pelo esforço do esquecimento e distorção durante longo tempo.

Muitas informações estão sendo geradas no contexto das inúmeras Comissões da Verdade vigentes no país e certamente serão de extrema relevância para a reconstrução da história de resistência à ditadura em nosso país, bem como a compressão do efetivo papel do Estado no processo.

Assim sendo, a continuidade desse trabalho dever ser em direção à ampliação dos estudos e aperfeiçoamento dos dados, pois o passado na está terminado, é ruína sob a qual engendra a sociedade vindoura.

Referências

- ARENDDT, Hannah. A Condição Humana. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BRASIL. Habeas Corpus: que se apresente o corpo – A busca dos desaparecidos no Brasil. Brasília, Secretaria dos Direitos Humanos, 2010.
- BRASIL. Direito a Memória e à Verdade: afrodescendentes mortos na luta contra o regime militar. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo, FFLCH, 2007,
- CARVALHO, José Murilo. Folha de São Paulo. Caderno Mais!02/04/2000.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil, mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- COIMBRA, José César. Do testemunho à memória: o *a posteriori* entre a história e as ruínas*. In: Perspectiva psicol. vol.8 no. 2 Bogotá June/Dec. 2012.
- DOSSIE DITADURA: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985. IEVE-Instituto de Estudos Sobre Violência do Estado e Imprensa Oficial, São Paulo, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOBBSBAWN, E. A Era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEAL, Rogério Gesta (org). Verdade, memória e justiça: um debate Necessário. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.
- LE GOFF, Jacques. Documento e monumento. In: História e memória. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Ed UNICAMP, 1994.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. In: Projeto História n.10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História. São Paulo, 1993.
- TELES, Janaína (org.). Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade? São Paulo: Humanitas - FFLCH/USP, 2000. p.172-176.

TELES. Edson Luis de Almeida. Passado, memória e história: o desejo de atualização das palavras e feitos humanos. Revista Urutagua, Ano I - Nº 03 - Dezembro de 2001, Maringá - PR.

VIANA, Gilney. Entrevista Brasil de Fato. - Pedro Rafael Ferreira. In.: www.brasildefato.com.br/node/1039. Consultado em 16 de janeiro de 2014.

Sites consultados

- www.agenciabrasil.ebc.com.br
- www.anistiapolitica.org.br
- www.cartacapital.com.br
- www.cemdp.sdh.gov.br
- www.cnv.gov.br
- www.cremesp.org.br
- www.comunistas.spruz.com
- www.desaparecidospoliticos.org.br
- www.documentosrevelados.com.br
- www.pucsp.br/comissaodaverdade
- www.sedh.gov.br
- www.marxists.org
- www.memoriaviva.sp.gov.br
- www.vermelho.org.br
- www.arquivoestado.sp.gov.br
- www.rededemocratica.org
- www.mndh.org.br/index.php
- www.dceusp.org.br
- www.ihu.unisinos.br
- www1.folha.uol.com.br
- www.correiobrasiliense.com.br
- www.brasildefato.com.br

